

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 079

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE JULHO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 079

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Composição da Mesa..... 03

Orador:

Dep. Elton Welter..... 03

Lançamento do Plano Safra da

Agricultura Familiar 2007/2008:

Sr. Guilherme Cassel - Ministro do
Desenvolvimento Agrário 03

Convidado:

Dr. Sérgio Botto de Lacerda07

Interpeladores:

Dep. Augustinho Zucchi..... 11

Dep. Douglas Fabrício..... 12

Dep. Ribas Carli Filho..... 14

Dep. Valdir Rossoni..... 15

Dep. Elio Rusch.....20

Dep. Stephanes Júnior21

Dep. Marcelo Rangel.....21

Dep. Jocelito Canto22

Dep. Luiz Carlos Martins23

Encerramento da Sessão24

DIÁRIO Nº 079

AUDIÊNCIA PÚBLICA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O

MINISTRO DE ESTADO DO

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO,

SR. GUILHERME CASSEL, PARA O

LANÇAMENTO DO PLANO SAFRA DA

AGRICULTURA FAMILIAR 2007/2008

E COM O DR. SÉRGIO BOTTO DE

LACERDA

REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretário pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Ademair Traiano, Cleiton Kielse, Durval Amaral e Mauro Moraes (05).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Ney Leprevost e Osmar Bertoldi (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Audiência Pública.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, onde, por solicitação do Deputado Elton Welter, o Grande Expediente desta Sessão Ordinária será destinado ao lançamento estadual do Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008, com a presença do Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, privilégio para esta Casa.

Uma honra muito grande recebê-lo, Sr. Ministro, não só por tudo aquilo que o senhor representa, mas pelas boas novas que traz ao nosso Estado.

Composição da Mesa:

Esta presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa: Exmo. Sr. Governador Roberto Requião; Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; Exmo. Sr. Secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adoniran Peraci; Exmo. Sr. Walter Bianchini, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento; Deputado Elton Welter, Líder da Bancada do PT; Deputado Pedro Ivo; Deputada Luciana Rafagnin; Deputado Tadeu Veneri.

Orador:

Passo, neste instante, a palavra ao Deputado Elton Welter, que falará em nome do Poder Legislativo.

Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente Nelson Justus, toda a Mesa já nominada, em nome deste Poder, como Líder do PT, é muita honra recebê-lo aqui, Ministro Cassel.

Estamos ansiosos para ouvi-lo. Somos sabedores de que a agricultura familiar tem um papel preponderante na economia deste país. Somos sabedores que o estado do Paraná quer como este novo plano de safra ser o estado que mais vai usar esses recursos, aplicá-los de forma adequada para que consigamos evitar o êxodo rural neste estado.

A sua vinda, Sr. Ministro, para nós é motivo de muita satisfação e orgulho. Eu não tenho dúvida que toda comunidade que está aqui, inclusive funcionários do INCRA, que daqui a pouco nós vamos, V. Exa. os receberá, é gratificante tê-lo aqui, ainda mais neste momento histórico que vive a agricultura familiar, com tantos programas novos que foram lançados e este recurso da ordem de R\$ 12 bilhões que foi lançado e que V. Exa. veio aqui socializar com o conjunto dos paranaenses.

Então, não quero me alongar. Esta Casa e a nossa Bancada tem feito todos os esforços possíveis para que o

Paraná seja o estado que mais capte recursos no sentido de fazer com que a agricultura familiar consiga avançar ainda mais.

Muito Obrigado, Sr. Presidente.

Convidados:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Ministro Guilherme Cassel

O SR. GUILHERME CASSEL

Muito boa tarde às senhoras e aos senhores, uma saudação especial ao Governador do Estado, Dr. Roberto Requião; ao Deputado Nelson Justus, Presidente desta Casa, aos 2 quero agradecer pela acolhida; ao Secretário Nacional de Agricultura Familiar, Adoniran Sanches; ao Sr. Walter Biachini, ex-Secretário da Agricultura Familiar, durante 4 anos, hoje Secretário da Agricultura aqui do Paraná; Deputado Elton Welter, Deputado Pedro Ivo, Deputado Tadeu Veneri, Deputada Luciana Rafagnin, companheiros do Governo Federal, outros Deputados, funcionários do Banco do Brasil, do BRDE, lideranças dos movimentos sociais, funcionários do INCRA.

Este é o 1º plano de safra do 2º mandato do Presidente Lula e é o 5º plano de safra da agricultura familiar brasileira. Nosso 1º plano de safra aconteceu em 2003, quando, pela primeira vez na história deste país, a agricultura familiar fez jus a um plano de safra especial. Em 2003 enfrentamos uma situação de desmonte absoluto das estruturas públicas do estado, seja para se tratar de agricultura familiar, seja para se tratar de reforma agrária. À época, tínhamos uma política pública agrícola que se limitava, para os pequenos, a um pálido PRONAF, na época de R\$ 2,2 bilhões, e para os grandes, renegociação de dívidas. Era o que se tinha de políticas públicas!

Quatro anos depois essa situação é diferente. Hoje temos uma oferta de crédito para agricultura familiar da ordem de R\$ 12 bilhões. Nós saímos de R\$ 2,2 bilhões há 4 anos atrás, estamos ofertando hoje 12 bilhões de crédito para a agricultura familiar, mas mais importante do que o volume de recursos é que nesses 4 anos foi possível incluir no sistema brasileiro de crédito mais de 1 milhão de novas famílias. Agricultores e agricultoras que nunca tinham tido acesso ao banco, nunca tinham tido acesso ao crédito, que nunca tinham tido acesso à assistência técnica e que puderam, pelas políticas públicas do Governo Federal, ter uma vida bancária, ter crédito todos os anos, poder se planejar, poder produzir com dignidade. Nosso crédito PRONAF foi desburocratizado, foram criadas novas linhas, linhas para sistemas florestais, para agroindústrias, para mulheres, para jovens, criamos todas as linhas necessárias. Moderniza-

mos, ampliamos recursos e colocamos à disposição dos agricultores familiares.

Além do crédito, criamos o seguro agrícola da agricultura familiar, uma das mais importantes conquistas nesse período, uma reivindicação histórica de décadas dos agricultores familiares. O seguro agrícola da agricultura familiar virou, de uma vez por todas, a página do endividamento dos agricultores, afastou o fantasma do endividamento, rompeu com a história que, ano após ano, agredia milhares de trabalhadores, que frente a frustração de uma safra, tinham que vender a sua terra para poder pagar o banco. Esta história foi superada em 2004, com o seguro da agricultura familiar. A partir de então, quando temos uma prestação de safra e tivemos por conta da seca há 2 anos atrás, o agricultor fica automaticamente sem dever nenhum tostão ao banco e ainda tem recursos adicionais para viver em condições de dignidade com a sua família até a próxima safra. O seguro agrícola da agricultura familiar já é uma realidade, assim como é uma realidade o seguro de preços que garante condições de o agricultor enfrentar o problema da oscilação de preços.

Da mesma forma, para além do crédito, para além do seguro, tivemos o desafio de reconstruir, e esta é a palavra, o Sistema Nacional de Assistência Técnica, que tinha sido absolutamente desmontado a nível nacional. Quando assumimos, assumiu comigo o Ministro Valter Bianchini, na época o Ministro Rosseto, tínhamos no Governo Federal uma rubrica de R\$ 3 milhões e 3 funcionários num departamento no Ministério da Agricultura para prestar assistência técnica para 4,2 milhões de agricultores familiares neste país. Quatro anos depois, esse sistema foi refeito e estamos trabalhando nesse plano safra com R\$ 168 milhões, passamos de 3 milhões para 168. E estamos colocando à disposição dos agricultores familiares e dos assentados de reforma agrária, mais de 120 mil técnicos para prestar assistência técnica.

Além disso, criamos também programas de comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos, como o PRONAF Comercialização. O Programa de Aquisição de Alimentos vai trabalhar este ano com R\$ 550 milhões. O PRONAF Comercialização com R\$ 600 milhões, para que consigamos garantir preço e garantir mecanismos de comercialização que façam com que a renda gerada pela produção fique cada vez mais com os agricultores.

Nesse 4 anos fomos capazes, no país, de criar um programa absolutamente inovador, que é o programa de biodiesel, que é um programa de geração de energia renovável, mas que é fundado na inclusão social. Esse programa, ao final deste ano vai ter agregado à produção de biodiesel 207 mil famílias e agricultores do semi-árido, que pela primeira vez na sua vida vão trabalhar com garantia de preço, garantia de compra. Temos que ser capazes de enfrentar o tema do biocombustível a partir da experiência do biodiesel.

Da mesma forma criamos programas de agroindústria, programas de cooperativismo, programas de

desenvolvimento territorial e garantia de direitos, que no meio rural brasileiro não eram dados aos povos da floresta, às mulheres, aos ribeirinhos, aos índios e aos quilombolas. Penso que 4 anos depois podemos afirmar, sem nenhum exagero, sem nenhuma presunção, que do ponto de vista da agricultura familiar o estado brasileiro vive hoje uma situação pós neoliberalismo. Hoje resgatamos a capacidade do estado brasileiro de ter instrumentos, de estimular a agricultura familiar em todo o nosso país, com vistas a manter as pessoas no campo, com vistas a garantir soberania e segurança alimentar, valor fundamental para uma nação que começa a discutir desenvolvimento, com vistas a ampliar a renda dos agricultores familiares para induzir um modelo de desenvolvimento rural ou ambientamento sustentável, para enfrentar o tema da concentração fundiária.

O nosso país ainda é um país que tem um dos maiores índices de concentração fundiária do mundo, para enfrentar o tema de diversificação da produção, da superação da monocultura, para gerar trabalho e renda e defender os interesses da agricultura dos familiares nas negociações internacionais.

Nós fizemos todas essas políticas de crédito, de assistência técnica, de seguro, de comercialização, de agroindústria, de cooperativismo, todas elas junto com os movimentos sociais do campo. Isto nos orgulha muito. Isso é um método de trabalho, isso é um princípio de trabalho e se essas políticas hoje dão bons resultados, é porque elas foram construídas junto com os movimentos sociais buscando a experiência, a vivência e o trabalho de quem vive na terra há muito tempo. Eu digo, sem nenhuma dúvida, que em cada uma dessas políticas, não tem apenas o dedo ou a mão dos trabalhadores, das trabalhadoras brasileiras. Tem ali o coração e a alma da agricultura familiar e esse tenha sido, talvez, o principal segredo dessas políticas já comecem a dar resultado.

Agora, os desafios que temos pela frente, são de outra natureza. Penso que temos à disposição desse país, reconstituímos o estado brasileiro, temos um conjunto de instrumentos, de políticas públicas permanentes que são capazes de garantir segurança e estabilidade para quem produz.

Agora, se abre esse 2º mandato, novos desafios, desafios de outra natureza. É preciso encarar, por exemplo, o desafio de superar a monocultura e de preparar a agricultura brasileira, a agricultura familiar para uma produção diversificada, uma produção capaz de produzir alimentos de mais qualidade, mais diversificados e que garantam segurança para o agricultor familiar. É preciso enfrentar com políticas públicas o tema do desenvolvimento ambiental sustentável, contendo o desmatamento, contendo o empobrecimento dos solos, a contaminação das águas, o alargamento das fronteiras agrícolas e se produzindo alimentos cada vez mais saudáveis e mais baratos para toda a população.

Temos que ser capazes, os agricultores e as agricultoras familiares de, com o nosso trabalho, garantir a

produção necessária de biodiesel, do Programa de Biodiesel. Temos que trabalhar e encontrar uma equação adequada para o tema dos biocombustíveis. Falo agora em metanol. A nossa experiência de biodiesel é uma experiência revolucionária, inclusive do ponto de vista social. Precisa, de alguma maneira, ser transferida para o etanol, para que o Brasil possa produzir esse combustível limpo, mas em condições, em padrões que são os padrões da agricultura familiar, sem latifúndio, sem monocultura, gerando trabalho e renda e acima de tudo, sem prejudicar a produção de alimento.

É preciso também avançar em políticas de comercialização, de garantias de preços e de compra de produtos da agricultura familiar. É isto, mais que o crédito, que garante segurança, que garante renda e é preciso também qualificar as nossas cadeias, qualificar no sentido de melhorar a nossa produção, de garantir canais de comercialização mais ágeis, garantias de preços de produtos, seja do leite, seja do café, seja da fruticultura, para que possamos cada vez mais, ter produtos de mais qualidade e que agreguem mais valor e que a renda possa ficar cada vez mais com os produtores.

Este é o sentido do Plano de Safra, 2007, 2008, enfrentar positivamente essa situação, criar condições objetivas para que o país continue fortalecendo mais e mais a agricultura familiar, para que possamos ter neste país, neste momento em que o país não discute mais inflação, não discute mais dívida externa, onde não gastamos energia mais discutindo qual vai ser o próximo pacote econômico, para discutir qual é o modelo de desenvolvimento que queremos para o meio rural brasileiro. O modelo que queremos, para o meio rural brasileiro, é que tenhamos cada vez mais produtores e menos latifúndios. Cada vez menos monocultura e produção mais diversificada. Cada vez mais produção orgânica, cada vez mais produção de alimentos, cada vez mais geração de trabalho e renda.

Por isso, um Plano de Safra com volume de R\$ 12 bilhões para a agricultura familiar, dos quais 1,3 bilhões pretendemos aplicar aqui no estado do Paraná, beneficiando 220 mil agricultores familiares.

Por isso uma queda vertiginosa dos juros. Os juros vão baixar até 56% em alguns casos na agricultura familiar. Vamos operar em 2007 e 2008 com juros de 0,5 a 5,5% apenas. O que significa que em alguns casos do grupo C, onde temos os rebates, vamos operar inclusive com juros negativos.

Isso significa que podemos afirmar, com absoluta tranquilidade, que nenhum setor da economia brasileira hoje tem essas facilidades de financiamento. Essas condições facilitadas. Nenhum outro setor da economia brasileira tem condições de financiamento tão facilitada como a agricultura familiar.

Para além do crédito, para além dos juros, a nossa preocupação com a diversificação da produção a partir dessa safra, uma parcela do crédito de custeio fica para a propriedade e não apenas para uma cultura. O produtor

vai poder usar parte do recurso financiado para financiar outras atividades geradoras de renda da produção. É o primeiro passo para não termos um crédito voltado a uma cultura. Temos que superar isso e começamos este ano, essa superação.

Por isso, 168 milhões de assistência técnica e mais de 20 mil técnicos espalhados pelo país, para prestar assistência técnica. Desses 168 milhões, R\$ 13 milhões, pretendemos investir aqui no estado do Paraná em convênios com a EMATER, aqui do estado, em convênios com as entidades da sociedade civil, seja EMATER e também nos convênios com o INCRA.

Também nesse Plano de Safra, que é um anúncio nosso, estaremos trabalhando com R\$ 550 milhões com o Programa de Agricultura Familiar, que garante preço dos produtos e, R\$ 600 milhões no PRONAF Comercialização, que também permite uma comercialização que garante para os agricultores familiares uma renda superior.

Neste Plano de Safra, também, o que estamos chamando de PRONAF Eco, que é a possibilidade do agricultor familiar, através do PRONAF, poder financiar iniciativas de geração de indústria de energia renovável na sua propriedade. Aí vale todas as iniciativas, energia eólica, biocombustível, armazenamento hídrico e conversão de equipamentos que hoje são movidos por combustível fóssil para biocombustível.

Estas medidas buscam dar mais consistência ao conjunto de políticas públicas da agricultura familiar. Procuram trabalhar de forma coordenada, por isso, podemos afirmar, sem nenhuma sombra de dúvida, que esse é o maior e mais completo Plano de Safra da agricultura familiar de todos os tempos na história do Brasil. Ele é o maior pelo volume de crédito e pela capacidade de incluir no sistema 2,2 milhões de agricultores e agricultoras familiares. E ele é o mais completo, porque junto com o crédito vem acoplado um conjunto de políticas públicas de seguro, de assistência técnica, de comercialização de garantias de preços, de agroindústria, de desenvolvimento territorial, que são capazes de ampliar a musculatura da agricultura familiar e de dar melhores perspectivas para quem produz alimentos no campo, dão segurança e estabilidade para os agricultores familiares.

Com esse Plano de Safra da Agricultura Familiar, pensamos sem dúvida estar avançando para afirmar o meio rural brasileiro, um novo modelo de desenvolvimento, com terras para todos que quiserem trabalhar na terra, com produção diversificada de alimentos voltada para soberania e para a segurança alimentar, um meio rural mais justo, mais solidário, capaz de gerar trabalho e renda que garanta terra e conhecimento para quem vive no campo, seja garantidor de direito e cidadania, respeitador da diversidade de todas as populações que vivem no meio rural. Nosso Plano de Safra é isso, são R\$ 12 bilhões aos juros mais baixos da história, com assistência técnica, com comercialização, com

Programa de Aquisição de Alimentos, é R\$ 1,3 bilhões aqui para o Paraná, para 220 mil famílias, 13 milhões de assistência técnica e com isso esperamos, junto com o Banco do Brasil, junto com a EMATER, junto com o Governo do Estado, junto com os agricultores, junto com o INCRA, impulsionar ainda mais o desenvolvimento do estado do Paraná, fortalecer ainda mais a agricultura familiar, para que possamos produzir cada vez mais alimentos de melhor qualidade, mais baratos, para o conjunto da população.

Contamos com o esforço, com o trabalho de todos e desde já colocamos o Governo Federal à disposição para avançarmos no fortalecimento da agricultura familiar, da reforma agrária e da segurança alimentar no país e aqui no estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência deseja expressar o mais profundo agradecimento pela presença de todas as autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, Governador Roberto Requião, Secretários de Estado, nossos visitantes do INCRA, que após a entrevista coletiva do Ministro serão recebidos pelo Ministro.

Quero, em nome da Assembléia Legislativa, Ministro, agradecer a V. Exa., como disse anteriormente um privilégio tê-lo nesta Casa, cumprimentá-lo pelo trabalho que vem fazendo frente ao seu Ministério e desejamos, como paranaenses e como brasileiros, toda a sorte do mundo para que efetivamente comprove-se que somos um país rico e homens de bem. Por esta razão, muito obrigado, o cumprimento pelo plano, mas como paranaense, como Presidente deste Poder, agradeço as boas novas que V. Exa. veio trazer ao nosso estado.

Muito obrigado. Tenha uma boa-tarde!

(Aplausos)

(Suspensa a Sessão)

(Reaberta a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Retomando a nossa Sessão, usaremos este horário para ouvirmos o Dr. Sérgio Botto. Quero explicar às Sras. e Srs. Deputados, ao tempo em que agradeço a presença do Dr. Sérgio Botto, que atendendo o convite desta Casa, convite este aprovado nesta Sessão Plenária pelos Srs. Deputados, e que esta Casa, ao convidar o Dr. Sérgio Botto, recebeu da parte do ex-Procurador a maior colaboração e imediatamente colocou-se à disposição desta Casa. E esta presidência, por razões outras, desmarcou duas vezes com o Secretário, a pedido dos Srs. Deputados e por entendimento desta presidência, de quem efetivamente é a prerrogativa do convite.

Desta forma, quero antes de iniciar a Sessão, agradecer ao Dr. Sérgio Botto, que aquiesceu ao nosso convite e aqui está, e dizer aos Srs. Deputados que independente do tempo que nós temos, V. Exas. têm todo

o tempo que necessitarem, depois de ouvirem o Dr. Sérgio Botto, para fazerem seus questionamentos.

Destarte, passo a palavra...

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Queria pedir a V. Exa. se nesta Sessão vamos ter aquele tradicional “todo mundo terá mesmo direito”, cada Deputado poderá fazer 5 minutos de pergunta ou vamos ter aquelas regalias, que alguns Deputados vão poder falar 20 minutos e os outros não vão poder perguntar? Queria perguntar a V. Exa. qual será a regra e se só pode fazer pergunta sobre o referido assunto ou se pode fazer pergunta, por exemplo, sobre a PIC ao Dr. Botto?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Jocelito, quero deixar claro que vamos obedecer as normas as quais estamos acostumados a obedecer. Não vamos transgredí-las em momento algum.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Gostaria apenas de levantar uma questão de ordem, até para que de repente eu possa colaborar. Fiz a proposta ao Líder do Governo. Nós sabemos que tem o Bloco da Oposição, o Bloco Independente e os Deputados do Governo. Acredito que seria bom - pelo menos nós conversamos com os Deputados, aqui - se pudéssemos dividir o tempo, porque tem Parlamentares da Oposição que dizem que não têm questionamentos e há Deputados que estão acompanhando mais esta problemática ou esta situação, que poderiam contribuir para o aprimoramento desta situação, colaborar com isto. Agora, não sei de que forma, Sr. Presidente, estou apenas levantando uma forma de não começarmos a discutir regimentos e questões de ordem.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Quero dizer que concordo com qualquer proposta que seja feita pelo Deputado Rossoni. Penso que a presença do Dr. Sérgio Botto nesta Casa é para esclarecer um tema, e é claro que de forma definitiva não temos como, mas que seja feito da melhor forma possível. A única coisa que quero pedir a V. Exa. é quanto tempo de duração terá a oitiva do Dr. Sérgio Botto. Só isso que eu gostaria de saber de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não temos nenhum tempo definido. Primeiro vamos ouvir e ouvir e vou me basear naquilo que está escrito no Regimento Interno desta Casa. Sempre fomos benevolentes na questão dos horários e é evidente que os 2 Líderes têm sempre mais tempo, como está escrito no Regimento Interno. O Dr. Sérgio Botto irá fazer a sua exposição e depois disso teremos as perguntas e nós vamos levando a coisa a bom termo. Podem ter certeza que vamos - como sempre procuramos - ser o mais justo possível.

Com a palavra o Dr. Sérgio Botto de Lacerda.

Dr. Sérgio Botto de Lacerda

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas suas palavras! Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores.

Acredito que antes de iniciar o que vim aqui expor, devo dizer que, pelo menos, tenho todo o tempo disponível para que se esclareçam definitivamente questões que vêm sendo objetivo, a meu juízo, de má compreensão e que devem, sem dúvida alguma, desaparecer, como espero que isso ocorra a partir daquilo que venho aqui dizer.

Recebi o convite desta Casa há algum tempo e marquei para hoje a minha vinda em razão de uma série de eventos que ocorreram a partir da votação do requerimento pelo qual fui convidado, que foram desde viagens, doença, compromissos e a pauta desta Casa também. De modo que talvez fosse muito importante tentar aproveitar o máximo possível, para que os Deputados que têm uma missão importante no âmbito da representação da cidadania, possam compreender exatamente o que se passou, não só relativamente a esse contrato PAVIBRAS, como também o que se passa ainda hoje relativamente a ele e a outros assuntos também relacionados a nossa Companhia Paranaense de Saneamento.

Tomei o cuidado de pedir à direção desta Casa que me fornecesse as notas taquigráficas de declarações que foram prestadas aqui há alguns meses pelo atual Presidente do Conselho de Administração da SANEPAR, Pedro Henrique Xavier, e por uma funcionária da Casa, engenheira e advogada Cristiane Schwanka, e poucas palavras do atual Presidente, Stênio Jacob. E a partir da leitura que fiz pude ver que, com exceção de explicações técnicas feitas pela Sra. Cristiane Schwanka, todo o resto foi bastante vago e talvez disso tenha decorrido a má interpretação em torno dessa questão que pretenderei esclarecer aqui, da forma mais transparente possível.

Gostaria de registrar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que diversamente daquilo que li em alguns jornais de circulação aqui no estado do Paraná, não há, entre a minha pessoa e o atual Presidente do Conselho, alguma disputa como foi acenada pelo nosso querido Líder do Governo, Deputado Romanelli, não há, de minha parte pelo menos, alguma pretensão em participar de uma disputa de vaidades, ou fogueira de vaidades, e nem me duelar com ele, como foi sugerido pelo Líder do Governo; ao contrário, convivemos, divergimos, mas eu imagino que isso é salutar, não só no âmbito de qualquer companhia, mas no âmbito dos relacionamentos profissionais também, mas acima de tudo deve imperar o respeito, havendo ou não concordância.

Disso eu registro que o motivo fundamental que gerou este assunto, a profusão deste assunto SANEPAR e PAVIBRAS, tem origem num voto que o atual Presidente do Conselho de Administração proferiu naquele

colegiado em março de 2006, pelo qual ele teceu uma série de considerações, muitas delas ofensivas, não só à minha honra como também a todos demais Conselheiros e a Diretoria toda, voto esse por meio do qual ele negava a concessão de um reajuste contratual àquela empresa sob o argumento de que, sob o beneplácito dele, a PAVIBRAS não receberia mais 1 centavo porque - e esta é a questão fundamental que está em discussão - porque a critério dele, o contrato de obras celebrado entre a SANEPAR e a PAVIBRAS seria inexecutável, ou seja, quando foi contratada a PAVIBRAS, a SANEPAR já deveria saber que ela não realizaria as suas obrigações, que são a de propiciar obras de esgoto e de abastecimento de água no litoral pelo preço que foi homologado quando da licitação ocorrida em 2001. A tônica fundamental é essa.

Parece que o que está em discussão é por que a PAVIBRAS, contratada por 69 milhões, recebeu 113 e não cumpriu o contrato ainda? A resposta para isso demanda que eu faça aqui um ligeiro histórico para que se possa situar a situação na exata dimensão que ela tem.

Pois bem, é preciso que se verifique os contratos SANEPAR, ParanaSan, os celebrados até dezembro de 2002, e os contratos celebrados depois de dezembro de 2002, ou a partir de janeiro de 2003, quando assumiu o Governador Roberto Requião; e a partir de quando também assumiu o Dr. Pedro Henrique Xavier a Presidência do Conselho de Administração da SANEPAR, em mandato que exerceu até abril de 2005, quando foi sucedido por mim, que era Vice-Presidente desde janeiro de 2003.

E eu digo, por quê? Porque não é o contrato PAVIBRAS o único contrato controverso no âmbito do ParanaSan, ou no âmbito da SANEPAR. Todos os contratos celebrados na gestão do ex-Governador Jaime Lerner tinham ou têm características similares a este da PAVIBRAS.

Isso já foi objeto, de alguma forma, de exposição aqui e essas características eram basicamente as seguintes: licitações feitas e homologadas sem que a SANEPAR tivesse a posse dos imóveis onde as obras seriam feitas; licitações feitas, homologadas e contratos firmados sem que as licenças ambientais houvessem sido expedidas pelos órgãos competentes ou no caso pelo órgão competente, que é o IAP, importando desta maneira em retardamentos, já perfeitamente previsíveis por aqueles que gerenciavam a Companhia Paranaense de Saneamento e gerenciavam o ParanaSan, que é uma unidade não formal, mas vinculada diretamente à presidência da SANEPAR.

PAVIBRAS, Itajuí, Construtora ITAÚ, "San Ingeva", Consórcio GEO/ACMA/Formato, são os nomes que me recordo, agora, têm situações muito semelhantes a esse da PAVIBRAS. Ocorre que o contrato da PAVIBRAS, talvez, fosse o mais importante desses porque diz respeito a obras de saneamento no litoral do Paraná, portanto, obras que têm como destinatários não só aqueles habitantes fixos no nosso litoral,

mas também todos os que para lá vão durante as temporadas de verão.

Dizer que o contrato da PAVIBRAS é inexecutável ou não é, principalmente quando isso foi dito em março de 2006 pelo atual Presidente do Conselho de Administração, Dr. Pedro Henrique Xavier, é extremamente temerário, porque nisso não há segredo. Ou o advogado Pedro Henrique Xavier foi patrocinador da causa ou da ação inicial que encetou a empresa CG Construtora de Obras, de propriedade do seu sobrinho Maurício Xavier. Essa discussão se iniciou quando da licitação em 2001, pela qual a Construtora CG, patrocinada pelo advogado Pedro Henrique Xavier, buscava, num primeiro momento, a inabilitação da PAVIBRAS e, num segundo momento, descontinua, quando a licitação havia sido homologada pela diretoria da SANEPAR, esse argumento de inexecutabilidade do contrato.

Há requerimentos administrativos, subscritos por ele, como advogado do Consórcio CG, documentos de março de 2002, quando ele não era membro do Conselho de Administração e não estava no âmbito da SANEPAR, pelos quais já trazia esse argumento, que ele tinha domínio por inteiro, porque já que acompanhou a licitação, desde o seu início, tinha conhecimento pleno não só daquilo que estava sendo objeto do certame, como também de todas as nuances decorrentes dessa licitação. Ele conhecia a circunstância de que a SANEPAR, em 2002, havia refutado esse argumento de inexecutabilidade do contrato e, quando assumiu a presidência do Conselho de Administração da SANEPAR, no início de 2003, nada falou para aqueles seus Pares, não só do Conselho de Administração, como também da diretoria da SANEPAR, sobre essa sua tese ou sobre essa convicção que ele tinha desde 2002. Pleitos de reequilíbrio econômico e financeiro formulados pela PAVIBRAS foram vários, desde o início de 2003 até o final de 2004, todos eles indeferidos pelo Conselho de Administração, com a curiosa abstenção do Presidente do Conselho de Administração, sobre o argumento de que ele fôra impugnado por seu sobrinho, o Maurício Xavier, porque teria sido advogado da CG e não se relacionava mais com o sobrinho, por razões que ele veio declinar aqui, de uma certa descortesia, no sentido de que ele não teria recebido honorários.

A partir do início de 2003, o Presidente do Conselho se absteve de manifestar-se em inúmeros pedidos da PAVIBRAS de reequilíbrios financeiros, econômicos. Até que em setembro de 2004, se não me engano pela quarta ou quinta vez em que a PAVIBRAS comparecia ao Conselho de Administração, pleiteando a revisão daquelas decisões anteriores, pelas quais o seu pedido havia sido indeferido, o Presidente do Conselho tomou o processo sob vista para o Relator, que era o Conselheiro Marcos Mazoni. Após diligências que solicitou, em dezembro de 2004, em um voto de sua autoria, que o tornou relator do processo, delegou à diretoria da SANEPAR que negociasse com a PAVIBRAS o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

Por sugestão minha, inseriu-se nessa deliberação, de 22 ou 20 de dezembro de 2004, a ressalva de que a diretoria, ao receber essa delegação, deveria comunicar o Conselho de Administração sobre como foi esta negociação, se é que ela fosse frutífera. Não só isso se deu no caso da PAVIBRAS, como também um outro contrato que é de um Consórcio chamado GEO/ACMA/Formato e o voto do então Presidente do Conselho, à época, e hoje também Presidente do Conselho, foi na linha igual, de delegar a diretoria.

Eu li com surpresa as notas taquigráficas da Sessão em que esse assunto foi discutido, uma negativa sobre a existência desse voto. Esse voto consta de atas da SANEPAR, e foi com base nele que a diretoria negociou este reequilíbrio, mas omitiu-se em comunicar ao Conselho de Administração, sobre como se deu essa negociação.

Em abril ou março de 2005, quando assumiu a presidência do Conselho de Administração e soube pela imprensa que havia ocorrido essa negociação com a PAVIBRAS e o Consórcio GEO, propus ao colegiado do Conselho, que suspendesse os pagamentos para ambas as empresas, até que o Conselho fosse informado daquilo que foi objeto de negociação pretérita, pela diretoria, na forma como a imprensa dizia. Houve nova abstenção do, naquele momento, ex-Presidente do Conselho de Administração da SANEPAR, que se considerava suspeito para deliberar sobre algo que dissesse respeito à PAVIBRAS. A deliberação foi nesse sentido, os pagamentos foram suspensos, esclarecimentos foram prestado pela diretoria ao Conselho com relação ao Consórcio GEO/ACMA/Formato, com relação à PAVIBRAS, mas, surpreendentemente, aquilo que foi negociado entre a diretoria e a PAVIBRAS já havia sido pago quase na sua totalidade. A partir do que, o Conselho, portanto, tomou ciência daquilo que havia ocorrido em dezembro de 2004.

Paralelamente a essa questão relacionada ao reequilíbrio do contrato celebrado entre a SANEPAR e a PAVIBRAS, era intenção clara minha buscar elementos para a rescisão do contrato da PAVIBRAS. O ParanaSan é um projeto custeado por empréstimo tomado de um banco japonês, o JBIC. Empréstimo esse tomado pelo estado do Paraná em condições favoráveis, repassado para a SANEPAR. Esses financiamentos ou esse contrato impõe que devam existir gerenciadoras de projetos e de fiscalização que foram licitadas no início de toda essa concepção do ParanaSan. E com relação à PAVIBRAS, haviam observações no sentido de que ela executava os serviços contratuais aos trancos e barrancos, não cumprindo prazos, apresentando uma série de argumentos para a rescisão contratual.

Passei, portanto, como membro do Conselho - acredito que já a partir de 2003, mesmo - a buscar elementos para a rescisão desse contrato com a PAVIBRAS, não por considerá-lo inexecutável, porque eu não tinha na época e também não tenho hoje bola de cristal para afirmar isso, mas porque ela vinha inadimplindo, sim,

com relação a prazos, com relação à qualidade dos serviços que prestava e vinha sendo advertida pela supervisora, reiteradas vezes. Isso não ocorreu.

Propus a destituição do Gerente do ParanaSan, engenheiro, funcionário da Casa, Mario Pena Guedes, se não me engano, destituição essa que ocorreu. E foi concomitante a compreensão da dimensão do que era o contrato de financiamento celebrado entre o estado do Paraná, o JBIC, as exigências dele decorrentes e também a dimensão, que era a gestão do ParanaSan.

Destituído esse Gerente, assumiu em seu lugar um outro chamado José Roberto Zen, com a missão imposta, não só por mim, membro do Conselho, mas na época Procurador-Geral do Estado também, de buscar elementos para a rescisão desse contrato com a PAVIBRAS. O reequilíbrio já havia sido pago à PAVIBRAS, ela já havia formulado um pleito de reajuste contratual e já se tinha, pelo mínimo de experiência, não precisa ser engenheiro civil para chegar a essa conclusão, que a PAVIBRAS não cumpriria o contrato.

Surpreendentemente esta missão não foi cumprida e, ao contrário, deu-se por parte desse ex-Gerente do ParanaSan a emissão de um atestado de bom andamento da obra, o que importou na sua destituição também feita a meu pedido já como Presidente do Conselho de Administração, achando que aquilo era inadmissível e ao mesmo tempo conflitante com uma série de elementos que haviam sido colacionados anteriormente à função desse Gerente naquele projeto ParanaSan.

Em época acredito que similar, surge um pleito da PAVIBRAS buscando reajuste contratual - vamos deixar claro aqui, para efeito apenas de compreensão, reequilíbrio contratual é bem diferente de reajuste contratual - reajuste contratual decorre de cláusula expressamente prevista no contrato com índices por ele disciplinados e a temporalidade também da concessão ou não do reajuste é contratual - o reequilíbrio tem uma série de outros requisitos e que todos sabem só podem ser objeto de concessão na exata medida da necessidade de não submeter a parte contratada à ruína e também se fatos supervenientes à celebração do contrato tiverem ou não ocorrido. Este pleito de reajuste decorre, na verdade, do próprio reequilíbrio e de cláusulas expressamente previstas no contrato.

Num primeiro momento, esse processo de reajuste foi distribuído à Conselheira Josélia Broliani, hoje Procuradora-Geral do Estado, que propôs a concessão do reajuste.

Eu, como havia acompanhado desde o início de 2003 os atrapalhos da gestão desse contrato PAVIBRAS, sugeri a ela que verificasse, para ter segurança, sobre se o reajuste era ou não devido, aquilo que fora objeto no passado do processo de reequilíbrio contratual. E a convicção dela foi no sentido de que o reajuste era devido e naquele momento eu entendi que não era devido e estabeleci na votação do Conselho a dissidência e o argumento de que se o reequilíbrio contratual ocorreu em dezembro de 2004, e naquele momento tudo aquilo que era devido à

PAVIBRAS havia sido objeto de solução, reajuste contratual só poderia haver na forma da lei e do contrato, 1 ano depois daquele acordo judicial pelo qual ações foram extintas e o tal reequilíbrio foi concedido. O voto majoritário foi nesse sentido - de negar o reajuste. Isto em dezembro de 2005, porque não havia decorrido ainda o prazo de 1 ano daquele reequilíbrio anteriormente tabulado e cumprido pelas partes.

Sucedeu em março de 2006 e a PAVIBRAS que já vinha conduzindo o contrato da maneira como eu relatei, abandonou a obra e notificou a SANEPAR desta circunstância, tentando com isto atribuir à Companhia a culpa pela rescisão do contrato que já era iminente.

Houve uma reunião da qual participei, participaram eu, o Presidente da Companhia, um sócio dessa PAVIBRAS, cujo nome não me lembro, o diretor-Financeiro também e duas advogadas do ParanaSan que haviam sido colocados pelo então Diretor-Jurídico Rogério Distefano, que também participou da reunião.

Na medida em que, pelo próprio voto do Conselho de Administração a PAVIBRAS só teria direito a reajuste contratual após 1 ano do documento pelo qual o reequilíbrio foi solucionado, à medida que isso já tinha ocorrido naquele momento em que ela abandonou as obras, a solução técnica e estratégica, isso eu digo no aspecto jurídico, foi a de autorizar o reajuste, mas condicionar o reajuste, primeiro a apresentação do seguro garantia que a PAVIBRAS já havia fornecido quando do início desse contrato, mas deixou de tê-lo em razão de outras circunstâncias que eu poderia esclarecer, se houver necessidade, e também condicionou-se à concordância da PAVIBRAS à realização de uma auditoria externa desse contrato. Por que externa? Porque havia, como há, documentos que se conflitam. Há documentos de 2003 para frente dando conta que ela não cumpria prazos, que ela prestava serviços de baixa qualidade, mas há um outro documento dando conta que ela teria sua obra atestada como em bom andamento.

De modo que, a meu juízo, qualquer auditoria interna, mesmo que fosse da fiscalizadora contratada pela SANEPAR, não era digna de credibilidade. E se deliberei isto e neste momento é que surge a divergência do hoje Presidente do Conselho, Dr. Pedro Henrique Xavier, sob o argumento que nenhum tostão a mais a PAVIBRAS deveria receber, porque o contrato é inexecutável.

Minha perplexidade foi tão grande e o voto que ele proferiu tão agressivo que eu, somente eu - o voto era agressivo com relação a todos os membros do Conselho e com relação a toda diretoria - somente eu formulei uma providência criminal em face ao Dr. Pedro Henrique Xavier, que culminou com a sua retratação em juízo.

Mas, por deliberação dele, aquela deliberação do Conselho de Administração não foi obedecida, porque ele lançou a público o argumento de que o contrato seria inexecutável, de que teria havido irregularidade nos pagamentos, isso em março de 2006, ele que já sabia essa suposta inexecutabilidade desde 2001, a partir de

quando advogou para a CG e passou, portanto, a ter pleno conhecimento de todos os meandros dessa licitação. Orientou ao Governador que não pagasse o reajuste, o Governador determinou à diretoria da SANEPAR que não pagasse o reajuste e que submetesse esse contrato à Corregedoria Geral do Estado, que analisou caixas e caixas de documentos e numa manifestação superficial ou parcial atestou que o reajuste contratual era devido, mas sobre o reequilíbrio pago anteriormente à SANEPAR não podia dizer, porque isto demandava, sim, a contratação de uma empresa de auditoria externa. Essa contratação não ocorreu.

Esse mesmo questionamento foi formulado pelo Governador Roberto Requião ao Tribunal de Contas do Estado, munido de toda a documentação ou da mesma documentação que já havia sido analisada pela Corregedoria Geral do Estado. Após alguns meses de exaustivo trabalho, chegou-se à conclusão, também parcial, de que o reajuste era devido e o reequilíbrio demandava um estudo mais aprofundado envolvendo engenheiros, envolvendo inspeção nas obras. Isso lançado num acordo daquela corte. Com base nisso, a solução final foi a de buscar a rescisão, sim, do contrato com a PAVIBRAS. Ela havia abandonado a obra, ela vinha tentando atribuir à SANEPAR a inadimplência desse contrato, só que essa decisão se deu via judicial.

A SANEPAR foi a juízo, aforou uma decisão de rescisão de contrato, pagou o valor do reajuste contratual e obteve uma tutela antecipada para assumir os canteiros dessas obras e dar conta de concluí-las. Essa tutela foi concedida em 1ª instância, foi revogada pela 1ª instância, mas restabelecida pelo Tribunal de Justiça do Paraná, na medida em que o interesse público impunha que a SANEPAR retomasse as obras, ou melhor, assumisse as obras. Havia a deterioração de equipamentos eletromecânicos que estavam nos canteiros dessas obras. Havia a necessidade clara de dar cabo às obras de Matinhos, de Pontal, Guaraqueçaba e Morretes. E isto se deu a partir de dezembro de 2006.

O fato é que tramita na Justiça aqui do Paraná uma ação judicial em que a rescisão do contrato é perseguida pela SANEPAR, ação judicial em que há também uma reconvenção deduzida pela PAVIBRAS que pretende ressuscitar todo aquele passado para com a mesma argumentação: atribuir para a SANEPAR a responsabilidade pela rescisão.

Então, finalizo dizendo o seguinte: é rigorosamente impossível, diante desse quadro dito aqui, creio que eu com toda a clareza, afirmar ou deixar de afirmar que o contrato SANEPAR/PAVIBRAS é um contrato inexecutável. Por que é impossível dizer isso? Porque auditoria alguma foi feita em cima desse contrato. E terá que ser feita, não só auditoria externa. E se ela não ocorrer, isso fatalmente ocorrerá numa perícia judicial que terá que ser feita nesta ação.

Agora, o paradoxal é para mim o hoje Presidente do Conselho de Administração, em 2006, trazer o

argumento de que não daria algum reajuste porque o contrato era inexecutável. Mas ele tinha conhecimento desde 2001 de todos os desdobramentos dessa licitação, ele assumiu a presidência do Conselho de Administração no início de 2003 e não alertou um membro par seu e nem mesmo a diretoria daquela convicção que já nutria a sua inteligência no sentido de que o contrato era inexecutável. E lida a impugnação subscrita por ele, de março de 2002 e lido o voto divergente de março de 2006, 4 anos depois, portanto, extrai-se que o texto é o mesmo, só que posto em momentos absolutamente distantes, em situações inteiramente diferentes.

Por isso, creio que estamos aqui tentando esclarecer essa questão, no sentido de arrostar, Sr. Deputado Líder da Oposição, todo e qualquer questionamento que possa haver. É evidente que uma empresa de porte da SANEPAR tem problemas, sim. É uma empresa estatal como tal. Uma empresa onde o corporativismo impera, de uma forma muito forte, mas eu pelo menos, não perco de vista que é uma empresa que atua mediante a captação de dinheiro público e que deve, portanto, prestar contas dos seus atos, dos seus acertos e dos seus equívocos.

Eu havia pedido, antes de renunciar à presidência do Conselho de Administração, a elaboração de um processo administrativo em face de funcionários e ex-funcionários do ParanaSan, porque colecionei elementos suficientes, ao longo praticamente de 4 anos, na permanência que tive dentro do Conselho de Administração, elementos que tornavam para mim muito claro aquilo que o Tribunal de Contas disse no acórdão pelo qual considerou o devido reajuste, e disse que o reequilíbrio deveria ser aprofundado, disse que a gestão do ParanaSan era muito ruim. A gestão do ParanaSan tanto era muito ruim que só eu tive, talvez, a atitude antipática para muitos, mas tenho certeza e convicção que foi a atitude correta, de afastar 2 Gerentes daquela unidade que contrapunham argumentos que não defendiam, a rigor, o interesse público e que “embarrigavam”, porque não há palavra melhor, soluções que eram impostergáveis.

Esse processo administrativo, ao que tomei conhecimento, encerrou-se com um relatório mais paradoxal ainda, justificando a conduta de todos, olhando, pinçando argumentos que foram adrede preparados para absolver, antecipadamente, pessoas que deveriam, no mínimo, ser submetidas a uma verificação mais aprofundada. O relatório de uma comissão de processo que não é um relatório, ele tem conteúdo decisório, ele justifica, ele induz à diretoria que se posicione de acordo com aquilo que ele levantou, o que é, sem dúvida alguma, lamentável.

Também acho importante, Sr. Presidente, talvez discorrer sobre outra questão que me parece da maior importância. O Estatuto Social da SANEPAR foi alterado no início de 2003. Com essa alteração, o Conselho de Administração passou a deter grandes atribuições, como é natural em empresas de grande porte. Não era mais um Conselho de Administração com cara de paisagem, mas um Conselho de Administração operante, que participava

da gestão e tinha obrigações muito fortes de compartilhar decisões com a diretoria. Isso gerou um desconforto, para a diretoria, muito grande. A diretoria se sentiu por muito tempo alijada de atribuições, quando a intenção jamais foi essa. A intenção foi integrar ao Conselho de Administração com pessoas que pudessem contribuir na gestão da SANEPAR, principalmente porque a SANEPAR, desde o início de 2003, o acionista majoritário busca a retomada do controle de gestão da Companhia em razão daquele tão conhecido e famigerado acordo de acionistas, pelo qual o controle da Companhia foi, de maneira inédita, outorgado acionista minoritário.

Esse conflito, lateralmente a tudo que se passava na SANEPAR, era de alguma forma um complicador a mais a ser gerenciado no âmbito daqueles contratos equivocados do passado, de uma gestão caótica, a partir de 2003, inclusive, e de soluções que se apresentavam pelo Conselho de Administração com intuito claro de colaborar com a diretoria, muitas vezes inerte diante de situações bastante graves.

Agradeço, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acho que essa introdução de alguma forma situa a todos naquilo que viemos aqui discutir. Estou à disposição para responder perguntas ou debater eventuais dúvidas que houver.

Obrigado.

Interpeladores:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a exposição do Procurador Dr. Sérgio Botto.

Havendo Deputados inscritos para formularem perguntas, lembro aos Srs. Deputados, de acordo com o Regimento Interno, as perguntas deverão se resumir exclusivamente ao tema abordado aqui. Acho que é desnecessário explicar isso. E, que cada um dos senhores terá 5 minutos para as suas perguntas. Os Líderes da Oposição, do Governo e do Bloco Independente, 15 minutos.

Por essa razão, o primeiro orador inscrito, Deputado Augustinho Zucchi.

Deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Vou fazer aqui algumas colocações, Dr. Sérgio Botto, porque quando V. Exa. saiu do Governo criou uma certa perplexidade na sociedade paranaense.

V. Exa. é um profissional brilhante, ocupava decididamente uma posição de destaque dentro do Governo e acabou se afastando, naquele momento, da função que ocupava.

Quero chamar a atenção dos nossos colegas e da imprensa, porque cada vez que se convidar alguém para vir aqui, nesta Assembléia, já vem aquela máxima: "O que adianta convidar!"

Na verdade a pessoa, o convidado, a autoridade vem aqui, faz lá suas colocações, volta para casa e está tudo certo. Mas, também não poderia ser diferente! Como é que nós, em momentos como esse, Deputado Romanelli, vamos ter a condição de aprofundar a discussão num emaranhado como este em que fomos colocados frente essa questão da SANEPAR.

Vou só fazer um resumo. Esteve aqui o Dr. Pedro Henrique Xavier, outra figura exponencial do Governo, tio do Maurício Xavier, não sei o que é do Dr. Cláudio Xavier, irmão do Secretário da Saúde. Vejamos só onde nós estamos, Srs. Deputados, para saber que em 5 minutos cada Deputado poderá fazer qualquer tipo de balanço ou aprofundar essa discussão a respeito de uma questão tão importante para o Paraná. Dr. Pedro Henrique era Presidente do Conselho, Dr. Sérgio Botto, Vice-Presidente. Dr. Pedro Henrique deixou o Conselho, assumiu Dr. Sérgio Botto. Dr. Sérgio Botto saiu do Conselho, assumiu Dr. Pedro Henrique. No meio dos 2 a Dra. Josélia, que deu como Relatora o voto para o reajuste, que está no lugar do Dr. Sérgio Botto, hoje. Na verdade, há uma troca de cargos de tanta influência numa questão, e ouço com atenção. O que nos disse aqui o eminente convidado Dr. Sérgio Botto? Primeiro, defendeu a não autorização do reajuste. Causa de voto separado, de divergências no Conselho. Depois defendeu a autorização, numa reunião junto com o Presidente da empresa, com dirigentes da empresa, que eu digo, SANEPAR, e de membros da empresa PAVIBRAS, defendeu o reajuste.

No final, me chamou a atenção uma frase que V. Exa. falou. Se a obra é ou não é exequível, argumento utilizado pelo Dr. Pedro Henrique quando, lá atrás, era advogado do sobrinho, que coincidentemente responde pela empresa segunda colocada na licitação. V. Exa. falou assim: "Não sei se é ou não é exequível, porque não teve auditoria." Mas se não teve auditoria e não sabem se é ou não é exequível, como é que teve autorização para aditivo? Por que tantos aditivos se não se sabia se a obra era exequível ou não? E não houve auditoria e o Dr. Sérgio Botto deixa claro a sua divergência com relação a administração do ParanaSan.

Apenas uso a tribuna para dizer o seguinte: a população do Paraná tem na SANEPAR, acho que na sua conceituação uma empresa que é orgulho para todos os paranaenses. E não vai ser nós aqui em 5 minutos cada um que vamos procurar tirar as dúvidas, porque o Dr. Pedro Henrique esteve aqui, falou, fez a sua exposição. Está aqui Dr. Sérgio Botto que está fazendo a sua exposição. Apenas gostaria de dizer o seguinte: Dr. Sérgio Botto, eu não sei se V. Exa. saiu do Governo por causa dessa questão da SANEPAR. O senhor saiu do Governo por divergências com relação a essa questão da SANEPAR ou na sua opinião, a SANEPAR independente de quem assumiu, deixou o cargo, outro assumiu o seu lugar, enfim, independente dessas trocas nos comandos de poder que teve dentro da SANEPAR, se a SANEPAR, na sua opinião, rigorosamente cumpriu com

o seu papel de empresa pública e está devidamente correta na ação que tomou com relação a toda essa questão.

Atrevo-me a pedir uma opinião a V. Exa. como homem dado às leis e de notório saber jurídico, de alta competência profissional, inserção política inquestionável no Paraná: V. Exa. acha que uma CPI poderia ajudar com mais tempo resolver essa situação ou temos que deixar isso desse jeito mesmo, porque aqui - a imprensa que me perdoe, não vamos, a exemplo de outras vezes, não vamos poder sair daqui com uma solução. E nem é possível. Isto aqui precisa ter equipe, gente especializada, chamar um, chamar outro, ter a compreensão exata do que significou tudo isto, porque nós, obviamente, num curto espaço de tempo, não vamos poder resolver isto.

Era a minha intervenção. Se por acaso tive um deslize, Dr. Sérgio Botto, peço que me perdoe, mas é mais ou menos aquilo que percebo que todos sentem.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Deputado, vou tentar responder de maneira invertida.

Acho que CPI não é solução. Pela experiência que tenho como advogado, não vi alguma CPI que não terminasse em pizza. Então, não acho que CPI seja a solução, CPI é apenas um palanque para gerar mais controvérsias. É uma opinião pessoal, que dou a V. Exa. Com todo o respeito que tenho ao Poder Legislativo Estadual e Federal, mas não conheço alguma CPI que tenha redundado em algum resultado concreto.

Há aqui, hoje, a oportunidade plena de se compreender a totalidade desta questão. Basta que se queira. Faço uma correção na sua colocação inicialmente posta. Não houve alguma divergência quando no momento em que a Dra. Josélia, Relatora, propunha a concessão do reajuste e depois foi ele negado. Ela tinha sua convicção. Achava que era possível dissociar o reajuste naquele momento temporal, dissociar do pedido de reequilíbrio. Eu e a maioria do Conselho entendemos que não era possível, à luz da legislação, se o termo de reequilíbrio havia quitado todo o passado, até dezembro de 2004, somente 1 ano depois a empresa teria - em tese - direito a reajuste contratual. E foi o que aconteceu, porque ela veio pleitear 1 ano depois. Só que veio pleitear num momento e de uma maneira inadequada, tentando constranger a SANEPAR pela paralisação ou pelo abandono das obras que executava, conforme eu disse mais uma vez, aos trancos e barrancos. Um ano já havia decorrido.

Portanto, em tese, era inegável o reajuste. E o que se fez naquele momento em que se deliberava, apenas isso, foi a partir dali se estabelecer esta confusão. Reequilíbrio é algo que não é possível dizer até hoje se era devido ou não. Mas, o que eu disse, aqui, mais uma vez, é que a meu juízo, se eu tivesse sido advogado da segunda colocada na licitação, se eu conhecesse todos os membros da licitação e do

contrato, desde antes, desde 2001, se eu tivesse naquele momento partido para este juízo, no sentido de que este contrato com a PAVIBRAS é inexecutável, eu teria alertado a diretoria e o Conselho de Administração. Eu não teria silenciado, para somente 4 anos depois, em razão de uma desinteligência havida numa reunião de Conselho, trazer do fundo do baú este argumento, que já era conhecido. Argumento que criou todo este constrangimento. E constrangimento do qual a SANEPAR não soube até hoje, porque não fez a auditoria externa, não conduziu a auditoria junto ao Tribunal de Contas e deixa esta interrogação. E tudo o que se disser, aqui, num sentido ou noutro, irá sem dúvida alguma repercutir na ação judicial a que já me referi quando me manifestei. Não saí do Governo em função disso. Absolutamente! Isso se tentou dizer no momento em que pedi a minha demissão ao Governador - isso se deu em março de 2007, portanto já no 3º mandato dele. Eu saí por estar cansado, cansado de muito coisa e cansado de muita gente também, por ter dificuldade de continuar convivendo com alguns Secretários de Estado e com alguns dirigentes de empresas. E saí porque não dependo do Governo, não sou profissional de Governo, mas sou advogado, sou Procurador do Estado, de carreira desde 1988, sou amigo do Roberto Requião e da família dele também, mas discordei de alguns com os quais, pelo meu temperamento, eu não suportava mais conviver. Fiquei doente, fui operado do coração e hoje estou vivendo muito melhor, sem dúvida alguma!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente e prezado Procurador Sérgio Botto de Lacerda:

Tivemos todos esses processos da SANEPAR, estávamos ouvindo Diretores e ex-Diretores e isso começou quando ouvimos algumas denúncias pela imprensa - uns dizendo uma coisa e outros dizendo outra coisa - e nós formulamos um convite para o Diretor da SANEPAR na época, tanto o Pedro Henrique, quanto o Stênio Jacob. Estiveram os 2 aqui e já se contradisseram. Depois daquilo nós conversamos sobre CPI e alguns Deputados acham que pode ser, outros acham que não pode ser, e agora ouvi a sua opinião e particularmente também concordo com o senhor, porque já vi pela imprensa - estou aqui há 4 meses - que as CPIs acabam em pizza e isso é ruim para o Poder Legislativo. Por isso optamos por continuar ouvindo as pessoas envolvidas.

Gostaria de saber do senhor, primeiro, se além de ser Procurador Do Estado hoje, como o senhor disse, se o

senhor exerce alguma função ligada ao Governo do Estado em alguma outra empresa estatal, em alguma empresa ligada ao Governo. Sim ou não?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Como disse, sou Procurador do Estado de carreira desde 1988 e sou advogado desde 1982. Renunciei a todos os Conselhos de Administração que exercia mandatos e a pedido do Governador e de outros acionistas também voltei ao Conselho de Administração da ELEJOR, que é uma companhia subsidiária da COPEL e fui reconduzido à Presidência do Conselho, mais por insistência do acionista minoritário. E também fui eleito membro do Conselho de Administração da COPEL - eu havia renunciado a essa condição, mas não assumi ainda, porque não houve reunião.

Agora, já vou mais além, da sua pergunta para dizer que essas duas condições não tiram a minha independência, não me transformam em alguém subserviente ao Governo ou a qualquer pessoa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Está certo! Ao sair da Presidência do Conselho, o senhor disse e foi divulgado amplamente pelos meios de comunicação que a causa de seu afastamento, entre outros motivos, era a existência de irregularidades no Governo e também na SANEPAR. O senhor agora confirmou que o senhor estava cansado de muita coisa e cansado de muita gente. O caso PAVIBRAS, convenhamos, está repleto de irregularidades e condutas atípicas à boa administração ao dinheiro público. Mas ao falar de irregularidade no Governo do Estado, o quê exatamente o senhor se referia?

O senhor acompanhou de perto as demandas judiciais do Governo em várias áreas, e aqui eu tenho que citar: a SANEPAR, o Itaú, a FERROESTE, os transgênicos e outros, como o porto de Paranaguá, a Secretaria do Trabalho, a Secretaria da Comunicação. Enfim, eu gostaria que o senhor pudesse nos esclarecer, de forma detalhada, a que exatamente o senhor se referia, onde está, enfim, a corrupção, ou as irregularidades por V. Exa. denunciadas?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Deputado, primeiro gostaria de saber aonde o senhor leu isso, em que veículo, porque eu não me recordo de ter dito isso. Eu não fiz silêncio obsequioso. Agora, eu sou ético, e disse mais de uma vez que saía do Governo, para perplexidade de muitos, por não concordar com certas pessoas, por não conseguir conviver com certas pessoas, jamais falei sobre irregularidades. Falei do meu descontentamento com a SANEPAR, por exemplo, com paradoxos com os quais eu me deparei, um deles por exemplo, afastei o Gerente do ParanaSan, e esse Gerente foi transformado em Assessor de Diretor, ele foi promovido depois de afastado por mim e pelo Conselho. Isso não é uma irregularidade, isso é uma

falta de consideração mínima a quem era Procurador-Geral do Estado, a quem era o Presidente do Conselho, a quem era uma pessoa que estava pondo a sua saúde, inclusive, à disposição de uma estrutura de Governo. Não falei em irregularidade, eu falei de não tolerar mais algumas pessoas. Isso eu falei algumas vezes ao Governador também.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

O senhor, falando em questão de irregularidade, tem um item que eu anotei, que eu acompanhei pela imprensa também, e isso faz algum tempo, que os responsáveis pela verba de comunicação da SANEPAR foram afastados por determinação do Governador Roberto Requião, a partir de uma sugestão sua, ao que parece há indício que os recursos foram utilizados irregularmente. Eu gostaria que o senhor confirmasse. E que alguns milhões foram utilizados para pagar publicidade da SANEPAR em jornais de pouquíssima, ou quase nenhuma circulação. O senhor poderia nos explicar o que ocorreu especificamente nesse caso, se tem alguma irregularidade ou não?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

O Conselho de Administração da SANEPAR, não me lembro o momento, mas se deparou com algumas perplexidades. Cabia ao Conselho homologar todo e qualquer processo licitatório superior a R\$ 100 mil. Portanto, desde a carta-convite, o Conselho de Administração tinha a atribuição para isso, e se determinou à diretoria que não mais publicasse editais de carta-convite, não só porque a lei dispensa esse tipo de publicidade, como também por ser uma tolice gastar dinheiro nesse tipo de publicidade. Houve a edição de um decreto, cuja confecção eu participei, determinando que se disponibilizasse as informações a respeito de todo e qualquer processo licitatório à rede municipal, a internet. Mas o Conselho passou a verificar que essa deliberação não era cumprida. Houve uma denúncia, tempos depois, dando conta de exageros em despesas de publicidade da SANEPAR, e eu digo publicidade institucional e não institucional também, publicidade legal e publicidade institucional, e eu formulei ao Conselho, propus ao Conselho de Administração que determinasse à diretoria a apresentação de um relatório sobre todas as despesas de publicidade, legal ou não, num prazo determinado. Eu não vi isso acontecer. Saí do Conselho de Administração. Não sei se esse levantamento foi feito ou não.

Eu soube que a Gerente de Comunicação Social da SANEPAR foi demitida e, em seu lugar, assumiu o Newton Pohl Ribas, que está lá atrás, ao telefone, passando informações à imprensa, ele que é funcionário da SANEPAR, para o horror de um cidadão chamado Benedito Pires, porque ele tentou impedir a destituição da Gerente de Comunicação Social, tentou evitar a assunção do Newton Pohl Ribas, para minha estranheza, porque

nada além de transparência nas despesas de comunicação social da SANEPAR foi o que se pediu, e foi o que o Conselho determinou.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro, quero cumprimentar o ex-Procurador Sérgio Botto, porque não tinha necessidade alguma de responder essa pergunta. Quero solicitar aos Srs. Deputados que se atenham àquilo que está escrito no requerimento.

O ex-Procurador iniciou dizendo: “respondo o que me perguntarem”, mas se nós começarmos a desviar do tema não vamos cumprir o Regimento Interno da Casa e a razão pela qual foi convidado o ex-Procurador Sérgio Botto, que é tratar exclusivamente de manifestações relativas às irregularidades na gestão do ParanaSan. Por isso, vou pedir ao Dr. Sérgio Botto que não responda qualquer questão relativa a funcionário, à propaganda, coisas que os senhores podem perguntar em qualquer outro momento, até porque é um tema bastante apaixonante, mas não é o motivo do convite do Dr. Sérgio Botto aqui.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Para concluir, Sr. Presidente.

Quero agradecer a sua intervenção e agradecer, mais ainda, a contribuição do Dr. Sérgio Botto de Lacerda.

Muito obrigado pelas respostas!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Ribas Carli.

Deputado Ribas Carli Filho

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Em primeiro lugar, em nome do Bloco Independente, agradeço ao senhor por ter aceitado o convite para que possamos, realmente, esclarecer algumas questões e trazer a transparência que todos esperam neste caso.

Alguns meses atrás, saiu uma declaração do Sr. Pedro Henrique Xavier dizendo que não era um problema isolado, que havia uma sistemática no ParanaSan, que funciona como uma verdadeira máquina de aditivos. Os contratos são assinados antes da desapropriação das áreas e concessão da licença ambiental. Sendo assim, as licitações acabam sendo manipuláveis. O senhor confirma?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Acho que temos que enquadrar essa colocação devidamente.

A imprensa explorou essa colocação do Pedro Henrique Xavier como se ele tivesse descoberto, eureka: “Cheguei, agora, para consertar os erros do passado!” Essa foi a exploração que a imprensa fez. É preciso corrigir isso. É preciso, também, dar a exata dimensão

daquilo que talvez ele tenha dito, daquilo que talvez ele tenha desejado dizer. Eu tentei fazer isso aqui.

Existem contratos que foram celebrados pela SANEPAR ParanaSan até 2002 que, de fato, tinham essas características. Contratos feitos sem que a licença ambiental houvesse sido expedida, o que seria até de pouca importância, mas de grande importância contratos celebrados sem que a SANEPAR tivesse a posse das áreas onde as obras seriam feitas. Isso sim é grave e ocorreu não só com a PAVIBRAS, mas com outras também, o que gerou, conforme falei, uma série de pleitos similares a esses da PAVIBRAS, que estão lá no ParanaSan.

Talvez, seja útil estabelecer uma outra compreensão, aqui. Essas licitações feitas até 2002 decorriam de uma pré-qualificação, que o JBIC havia imposto à SANEPAR, por meio da qual se restringia a participação de uma série de empresas nessas licitações.

Os Srs. Deputados devem se recordar que a partir de janeiro de 2003 houve uma busca bastante intensa, que foi capitaneada pelo então Presidente da SANEPAR, Dr. Caio Brandão, no sentido de abolir-se aquela pré-qualificação anteriormente feita, porque ela, sim, era a responsável por esse tipo de situação. O banco impôs que poucas empresas participassem das licitações. A partir de 2003, com muita dificuldade, essa pré-qualificação foi cancelada e se pôde - imagino que deva ter sido assim - contar com a participação de um número maior de empresas e observar que equívocos que foram feitos no passado não deveriam ser repetidos.

O SR. RIBAS CARLI FILHO

O senhor concorda que em algumas licitações as questões eram manipuláveis?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Não digo manipulado, isso já é demais. Digo que foram mal feitas. Não há dúvida que não é só a PAVIBRAS. Enumerei nomes, aqui, de outros que têm pleitos também de reequilíbrios, todos eles decorrentes de contratos feitos no passado e que trouxeram esse tipo de questionamento.

O SR. RIBAS CARLI FILHO

O senhor também mencionou que a SANEPAR não fazia auditorias contratuais, no caso da PAVIBRAS. A partir de 2002, quando foi assinado o contrato, tivemos um montante superior a R\$ 100 milhões, para ser mais preciso R\$ 113 milhões, que foram pagos a essa empresa. Acredito ser um valor bem significativo, em se tratando de dinheiro público a ser investido em prol da população. As obras não foram terminadas, não se faziam auditorias, provavelmente, não se faziam inspeções *in loco*, porque os aditivos eram constantes e as obras não foram terminadas e seguia-se essa indústria de aditivos.

Gostaria de saber de V. Exa., como ex-Presidente do Conselho, quais eram as questões abordadas no

Conselho? Por que os aditivos continuavam, as obras não terminaram? O que era abordado? Essa questão dos 113 milhões era significativa ou era um mero detalhe no Conselho e provavelmente não seria abordado?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Tentei justificar, aqui, ou melhor, explicar, porque não venho, aqui, justificar absolutamente nada. Primeiro, não houve na PAVIBRAS uma indústria de aditivos. Ela teve um aditivo de reequilíbrio, votada pelo então Presidente do Conselho, Pedro Henrique Xavier, pelo qual ele delegou à diretoria que solucionasse isso junto à empresa. Reajuste contratual não é aditivo.

A questão é aquela que expus, aqui. Havia, como há um descompasso entre manifestações da supervisora deste contrato, em períodos até um determinado momento a supervisora notificando a PAVIBRAS, dizendo que ela estava atrasada e até sugerindo a rescisão desse contrato. Em outro, um atestado de bom andamento da obra. Não é que não havia fiscalização. Isso é muito difícil para o Conselho saber, que isso é parte operacional da Companhia, a diretoria devia saber e se preocupar, no mínimo, com essa disparidade havida entre as manifestações da supervisora. Isso trouxe uma insegurança para o Conselho de Administração, quanto à confiabilidade dos relatórios da Supervisora dos contratos à medida em que, subscritos muitas vezes pelas mesmas pessoas, diziam coisas diferentes.

Por isso, no sentido de tentar passar a limpo esse contrato PAVIBRAS, a sugestão do Conselho foi essa: a empresa vai se submeter a uma auditoria externa. E ela aceitou, ela que tinha, contratualmente, que se submeter apenas à auditoria interna da Supervisora com a qual ela mantém vínculo. Para que não houvesse mais esse tipo de questionamento foi que se propôs, e foi aceito, que alguém de fora, isento, contratado, inclusive, pela SANEPAR, mas com esse custo repassado à PAVIBRAS, pudesse verificar desde o início do contrato os pagamentos, a qualidade das obras, a execução do cronograma, e tudo mais. O Conselho se detinha muito em inúmeras questões. Mas, evidentemente, como eu disse há pouco, esse assunto, que foi objeto de delegação do Presidente à diretoria, só foi comunicado ao Conselho muito depois, quando o pagamento já havia ocorrido. E o silêncio se estabeleceu ali também. Esse assunto só voltou à tona de maneira equivocada, ao meu ver, quando se foi discutir o reajuste, que é algo contratual.

Um ano depois, tudo tem reajuste, é o que está na lei federal, e é o que está em todos os contratos. O problema está desde o início desse contrato, até o momento em que ele foi rescindido. Agora, para saber disso, não será advogado, não será Deputado, nem Juiz, tem que ser técnico, e não será um engenheiro da SANEPAR, também, porque às vezes o que ele pode dizer, pode conflitar com o que um outro engenheiro da SANEPAR ou da supervisora venha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Dr. Sérgio Botto, Srs. Deputados.

Inicialmente, Sr. Presidente, quero restituir aqui a verdade: Dr. Sérgio Botto, o senhor foi à CBN, na última quarta ou quinta-feira, e afirmou que este Parlamentar não tinha interesse de que V. Exa. viesse aqui. Não são verdadeiras as suas afirmações, porque em nenhum momento eu me recusei, nem que eu recebesse o senhor na minha casa, teria muita honra, mas tenho muito a questioná-lo, certamente não será só nestes 15 minutos. Então, vamos restabelecer a verdade, porque eu não fiquei contente com a sua exposição na CBN.

Dr. Sérgio Botto, quero cumprimentá-lo e dizer o seguinte: o senhor é muito habilidoso, competente, pela forma como o senhor leva a questão. Quero dizer aqui que me somo ao que o Deputado Augustinho Zucchi disse, Deputado Nelson Justus, não será em 5 minutos que nós vamos aqui instituir a verdade sobre essa questão, de forma nenhuma, porque vai nos faltar tempo. Mas, eu queria fazer algumas perguntas ao Dr. Sérgio Botto, e vamos diretamente no cravo, não adianta nós ficarmos aqui enrolando, doutor, e o senhor não leve, de forma nenhuma, se eu colocar algo aqui um pouco ríspido, porque essa é a forma de eu ser, mas eu nutro respeito pelas pessoas e admiração.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

O senhor dá uma no cravo e eu dou outra na ferradura, pode ser?

O SR. VALDIR ROSSONI

Só vou fazer umas perguntas que, talvez, podem ajudar a esclarecer.

Dr. Sérgio Botto, o senhor conhece o Dr. Rogério, que fez parte da diretoria da SANEPAR. Ele fez uma consideração sobre o Presidente da SANEPAR, que é o responsável por todo esse imbróglio da PAVIBRAS e da SANEPAR, ele diz o seguinte: “O Presidente da SANEPAR é um nômade”. Depois, eu gostaria de saber se o senhor considera o mesmo. Depois, Dr. Sérgio Botto, o Dr. Pedro Henrique Xavier afirma, taxativamente, e eu quero dizer que o senhor colocou aqui, se eu fosse o Dr. Pedro Henrique Xavier eu pedia demissão da Presidência do Conselho, porque V. Exa. fez uma afirmação aqui, considero mais grave do que ele afirmou sobre o senhor aqui, o senhor disse que ele advogava para o Maurício Xavier numa outra empresa o Dr. Pedro Henrique Xavier não contou isto para nós aqui, então ele faltou com a verdade nesta Casa - então o Dr. Pedro Henrique Xavier está sob suspeita na Presidência do Conselho da SANEPAR. E ele afirmou mais, e aí ele coloca a sua honra em dúvida, doutor, por isso que eu digo, vamos

diretamente no cravo, ele afirma taxativamente, para eu não entrar em pormenores de toda a sua fala, porque ele também foi muito habilidoso como o senhor foi aqui, levou com habilidade, com conversa mansa, macia, pausada, e nos levou, na verdade, o senhor está falando há uma hora e meia aqui e nós estamos ouvindo com prazer, mas o Dr. Pedro Henrique Xavier foi taxativo, Dr. Botto, ele disse o seguinte: que dos 154 milhões, apenas 10% teriam que ser dados de aditivo ou de ajuste de contrato - está aqui - declaração do Presidente que lhe substituiu.

Aí, doutor, o que aconteceu? Não tive tempo mas recebi há pouco algo que o seu Governo não esclarece aqui, o seu Governo, que o senhor pertencia, hoje o senhor não pertence mais, o senhor imagine o seguinte, Dr. Botto, se o senhor não agüenta mais alguns Secretários, imagine o povo paranaense se está agüentando!

Então, eu queria dizer ao senhor que teremos que voltar a este assunto e por isso gostaria depois, vou fazer todas as perguntas, porque eu comecei a receber agora, com o auxílio do Ministério Público, começo a receber informações complementares e informações que o Governo não tinha fornecido aos Deputados da Oposição, não tinha fornecido. Então, recebi aqui, doutor, olha, coisas preciosas. Por exemplo, o primeiro ponto, o Conselheiro Pedro Henrique Xavier, foi pedido de reajuste, foi inserido na Sessão na última hora - o que quer dizer? Vou trocar em miúdos, porque eu não tive tempo de ler, que é mais importante do que eu ia pedir. O Dr. Pedro Henrique Xavier acusa, categoricamente, que o senhor incluiu na pauta aditivos da PAVIBRAS sem o tempo necessário para análise, foi de última hora, no afogadilho, chegou e disse: "Olha, isto tem que ser votado". Mas eu gostaria, antes de o senhor responder, me ater a um posicionamento do senhor, aí há o contraditório do senhor, com todo o respeito, até para que nós tenhamos aqui esse nível que o senhor tem mantido aqui.

Veja, o Dr. Pedro Henrique Xavier, num determinado momento, reclama que o senhor coloca aditivo da PAVIBRAS, intempestivamente, sem dar tempo para que eles analisem esses aditivos. Coloca lá no Conselho, vota, é um rolo compressor, e aí o senhor, numa determinada reunião, e aí há o grande contraditório e eu quero saber qual é o posicionamento do senhor, no dia 25 de maio de 2004, o senhor diz que não pode ser colocado para deliberação antes de encaminhar aos Conselheiros para que eles possam estudar. Quer dizer, veja, de um lado o Dr. Pedro Henrique Xavier diz que o senhor coloca intempestivamente, sob apreciação, determinados aditivos desse famigerado caso; de outro lado, o senhor chama a atenção dos Conselheiros e diz: "Olha, não tragam nada aqui de surpresa porque não vai ser votado."

Então, é um questionamento, mas está aqui, é uma declaração do senhor numa reunião de diretoria.

Aí, Dr. Sérgio Botto, eu tenho um outro questionamento, veja como é a vida! Tenho aqui a vida pregressa do hoje Presidente da SANEPAR, está aqui, saiu na Isto É. Eu não sei como é que o senhor consegue, com sua

honra, com sua competência, ser Presidente de um Conselho onde o Presidente da SANEPAR está sob suspeita, *sub judice*, com seus bens penhorados, Dr. Botto! O senhor talvez não tenha conhecimento disso, mas levo a conhecimento que talvez possamos fazer uma recomendação ao Governador para que ele demita, sumariamente, o Presidente da SANEPAR.

Ora, Dr. Botto, veja que coisa incrível acontece na questão dos aditivos: em dezembro de 2006, foi constatada a legalidade do reajuste de pagamento de 9,9 milhões. É dinheiro pra chuchu! Em dezembro foram pagos estes 9,9 milhões quando já sabiam que a empresa não tinha mais condições de executar o contrato! Um dia depois da reunião, Dr. Botto! O que V. Exa. falou aqui, nós também, claro que com menos conhecimento, mas também constatamos, como é que você paga 9,9 milhões antes de ressarcir a empresa dos prejuízos que ela teve com aquela empresa? E foi pago um dia depois da reunião! E aí, pasmem, em dezembro foram pagos os 10 milhões, em janeiro, emergencialmente, o Presidente da SANEPAR contrata as empresas para terminar as obras, quer dizer, não deu nem tempo de verificar o que estava acontecendo nas obras!

Tem uma outra questão aqui que talvez o senhor tenha esquecido: o senhor, quando fala que pediu a exoneração do Dr. José Roberto Zen, que era o responsável da ParanaSan, o senhor cometeu, talvez, um equívoco ou não tenham lhe comunicado, esse cidadão que o senhor recomendou, Dr. Botto, para que ele fosse afastado da direção da ParanaSan porque ele deu atestado de bom andamento da obra quando estava em 80%, ela foi suspensa quando estava perto dos 90! Quer dizer, o gerente da ParanaSan dá um atestado de que a obra, quando estava em 80%, estava tudo normal. Aí, quando chega perto dos 90% é rescindindo o contrato sumariamente pela SANEPAR e contratadas outras empresas, sem licitação! Mas aí o pior: Dr. Sérgio Botto, o Dr. José Roberto Zen, depois de atender um pedido seu de afastamento da gerência da ParanaSan foi promovido dentro da SANEPAR, nomeado pelo Presidente da SANEPAR a um cargo superior e ganhando mais do que estava ganhando!

Eu teria aqui tanta pergunta, mas não posso deixar passar em branco. Dr. Sérgio Botto, veja o seguinte: às vezes, a imprensa não está entendendo o Deputado Rossoni e os Parlamentares inclusive me questionaram: "Olha, Rossoni, por que você se atém às companhias de seguro que trabalham com a SANEPAR e com as empresas da SANEPAR?" Porque, Dr. Sérgio Botto, eu tenho a prova do crime! "Ah, mas você não se atém aos 113 milhões que a SANEPAR pagou. Vocês se atém aos seguros." Eu me atenho aos seguros pelo seguinte: a SANEPAR, num determinado momento, exigiu da empresa PAVIBRAS que ela contrataria o seguro. E ela contratou o seguro de uma apólice de R\$ 217 mil. E aí o que aconteceu? Essa apólice, esses seguros não foram contratados pela PAVIBRAS, foi uma exigência

contratual da SANEPAR. Aí a SANEPAR fez a carta-convite. Supostamente quando se faz carta-convite, você faz à empresas que são conhecidas. É normal, porque carta-convite não ultrapassa o valor determinado em lei. Aí, sabe o que a SANEPAR fez? Primeiro, falsificaram a apólice de seguros, Sulina. Tenho aqui todos os dados, está aqui a apólice. E eu disse daquela tribuna para o Dr. Pedro Henrique Xavier, que eu tinha a prova do crime. E o maior responsável por esse crime é o Presidente da SANEPAR e até o presente momento o Governo não tomou nenhuma medida, demitiu pelo menos o Diretor da área que deve observar isso aqui. E o pior não é apenas, Dr. Botto, a apólice que é fria. As empresas que foram convidadas também não podem estar operando no mercado. É só acessar a SUSEP. Primeiro falsifica-se a apólice, segundo convida-se empresas fantasmas.

Continuando no caso dos seguros, veja como nós ficamos pedidos. Posso lhe afirmar, categoricamente, o dia em que esteve aqui o Presidente da SANEPAR - e não é estranho isso? - Subi naquela tribuna, mostrei a apólice, enumerei as empresas que não poderiam estar operando no mercado, segurando obras da SANEPAR, e até o presente momento não houve nenhuma atitude do Governo! Acho que não levaram ao conhecimento do Governador, porque duvido que o Governador, ao ter conhecimento, não demita o responsável por este crime! Porque esse é um crime comprovado!

Outra questão, Dr. Botto: se existia alguma coisa que foi feita correta neste contrato da PAVIBRAS foi o seguro da obra exigido pelo Dr. Heron Arzua, que não tinha o seguro da obra. Aí foi contratado um seguro para garantia que a empresa ia executar a obra, em torno de 14 milhões. E aí a empresa PAVIBRAS não cumpre o contrato com a SANEPAR. Dr. Sérgio Botto, qual é a primeira atitude que a SANEPAR teria que ter? Rescindir o contrato. Rescindiu. Qual a segunda atitude que a SANEPAR teria que tomar? Ir buscar o seguro da obra, porque esse seguro é quente, dos 14 milhões exigidos pelos Conselheiros da SANEPAR. Até estou dando aqui um voto de aplausos. Por que será que não foram atrás da seguradora? Está lá o dinheiro, foi pago o seguro. É a mesma coisa eu fazer um seguro do meu carro, roubam o meu carro e eu não vou atrás da seguradora. Qual é a vantagem que eu tenho como empresa, como proprietário do veículo?

Então, Dr. Sérgio Botto, é mais um questionamento. Teria muitos, aqui, mas certamente o senhor, como bom paranaense que é, quero discordar do senhor de que a CPI acaba em pizza. Quero dizer para o senhor o seguinte: a CPI, acredito que pode até não dar em nada, mas que ela inibe, inibe. Ela expõem a pessoa que está fazendo maracutaia. Não são afirmações que estou fazendo ao senhor. Estou fazendo em cima de documentos, estão aqui os documentos. Eu tenho a prova do crime! Como é que eu, cidadão paranaense, me sinto quando um ex-Diretor da SANEPAR, Dr. Rogério, afirma que o Presidente da SANEPAR, está dito, é um

incompetente? A prova da incompetência está nos atos. A pressa, Dr. Botto, de pagar os aditivos da SANEPAR, é uma coisa fantástica! É um mar das bondades, é uma facilidade de dar esses aditivos tão generosos!

Então, deixo aqui no ar. Me desculpe. Não quis, de forma nenhuma, ser agressivo com o senhor, mas o senhor não acha que o Governador tem que ter conhecimento disso? Talvez ainda não o tenha, mas se ele tiver conhecimento e está sendo conivente, o senhor não acha que o Governador deveria demitir o Presidente da SANEPAR, demitir o Diretor dessa área, demitir quem pagou rapidamente o aditivo e depois cancelou o contrato da PAVIBRAS?

A grande verdade, Dr. Sérgio Botto, é que o senhor hoje deu uma grande contribuição quando disse que nem o senhor tem certeza se esse contrato é exequível. Mas, se o senhor não tem certeza que ele é exequível, imagine nós, mas quem está aprovando os aditivos é o senhor, com o seu voto. O senhor está dizendo sim a algo que o senhor diz que não tem certeza.

Então, Dr. Sérgio Botto, me permita discordar de V. Exa., as informações que recebi do Ministério Público e de procedimentos internos da SANEPAR, que nos foi negado, eu recebi agora, nos últimos minutos. Acho que temos que nos ater a esses 2 pontos: primeiro, os aditivos generosos; segundo, a prova do crime. Está aqui a prova do crime. Se não demitem o Presidente da SANEPAR é porque são coniventes e eu não acredito que o Governador - ainda não acredito - acho que ninguém teve coragem de levar para ele a prova do crime.

Dr. Sérgio Botto, obrigado pela sua presença.

Aguardo com ansiedade a sua contribuição para que este humilde Líder da Oposição possa, junto com os seus Pares, fazer um bom trabalho aqui, porque esta é a minha obrigação.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Deputado Rossoni, vou começar da mesma forma como V. Exa. Não tenho a menor intenção de ofendê-lo, de agredí-lo, mas V. Exa. não leu absolutamente nada dos documentos que foram disponibilizados à Assembléia Legislativa por mim, enquanto Presidente do Conselho, nos últimos momentos...

O SR. VALDIR ROSSONI

Dr. Sérgio Botto, o senhor poderia, até para que eu não cometa um equívoco, o senhor poderia repetir o que o senhor falou que eu não li o quê?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Que o senhor não leu os documentos, porque a sua colocação agora, as perguntas, são bastante confusas. Eu vou tentar ajudá-lo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte: Dr. Sérgio Botto, quando eu dei o encaminhamento aqui - o

senhor veja que eu tenho um calhamaço de papel - o que eu tenho dito? Eu tenho que ir direto ao cravo porque não tenho tempo pra fazer considerações de tudo isso aqui, porque se eu tivesse o tempo que o senhor teve aqui, falar pausadamente - estou olhando no relógio para respeitar o Presidente, respeitar o tempo - gostaria que o senhor não tecesse considerações sobre a minha atuação. Pode ter certeza que eu me esforcei ao máximo em fazer a leitura. O que eu quero é que o senhor...

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Eu vou lhe ajudar.

O SR. VALDIR ROSSONI

Tem crime ou não tem crime?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Rossoni, V. Exa. tem direito a réplica, mas por gentileza, não interrompa. V. Exa. falou 20 minutos.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Tentando novamente, se puder contar com a sua perspicácia de compreensão, voltando a resumir alguns pontos, primeiro: não estou aqui para julgar pessoas. Se o Presidente é um nômade ou é um incompetente, não cabe a mim dizer sim ou não. Não tenho essa prerrogativa e nem a menor preocupação, porque não me cabe a escolha, como nunca me coube a escolha dele ou de outro Diretor da companhia.

Mas, vou objetivar de alguma forma alguns pontos e corrigir algumas colocações suas para situar esse assunto de uma vez por todas.

O voto do Conselheiro Pedro Henrique Xavier, de março de 2006, onde ele discorda de um reajuste contratual, que é muito diferente de um reequilíbrio contratual, é um voto que foi tornado público. É um voto onde ele faz insinuações, como por exemplo, essa que o assunto foi levado em cima da hora sem inclusão em pauta, que ele nunca viu isso e outras coisas mais. Esse voto é um voto absolutamente inconsistente e foi o que eu procurei dizer aqui.

O que diz respeito às dúvidas que ele levantou em cima da minha conduta e a de outros membros do Conselho, porque o voto ataca a todos e a diretoria também, eu tomei uma providência criminal, conforme já disse aqui, em face dele, na Central de Inquéritos, logo após a edição desse voto e no momento em que ele foi tornado público, que culminou com a retratação dele, em que ele diz que tem em conta o Sérgio Botto, como um homem público, íntegro e honesto, competente e ponto. Esse processo foi arquivado.

Na verdade o voto dele tem um conteúdo emocional, que de jurídico não tem nada. Digo que o voto é inconsistente, sem nenhuma ofensa a ele, sem nenhuma pretensão de estabelecer conflito, mas os fatos estão aí e

foi aquilo que eu disse durante o tempo que pude expor aqui a totalidade desta questão.

Por que inconsistente? Porque se a essência do voto, tirando aquelas ofensas que foram objeto de providência criminal e de retratação. Se a essência do voto versa sobre o contrato da PAVIBRAS é inexecutável. E nenhum tostão mais eu darei, porque com o meu beneplácito, nada.

Se for assim e se foi posto em março de 2006, a perplexidade é aquela que já referi aqui, tenho documentos, isso é público, porque consta de autos judiciais, consta de procedimentos internos da SANEPAR, que dão conta que ele, enquanto advogado da Construtora CG, lá em 2002, já tinha essa convicção.

Portanto, ele que conhecia a totalidade dessa questão, no juízo dele, se ele está certo ou não, não é o que está em julgamento neste momento. Mas, se ele tinha o domínio disso, a convicção de que era inexecutável, por que não agiu no início de 2003, trazendo à tona e evitando, portanto, que esse contrato fosse sendo executando aos trancos e barrancos? De modo que não há nenhum conflito nesse aspecto, Deputado Rossoni, há a clara manifestação minha, que acabei de reiterar aqui, e que se acresce também de outras circunstâncias. O aditivo para o reequilíbrio da PAVIBRAS foi obra do Conselheiro Pedro Henrique Xavier, o voto é dele. Ele que havia declarado abstenção em várias ocasiões, ele que pediu vista desse processo, ele que delegou à diretoria esta negociação e depois houve a suspensão desse pagamento, que veio tardiamente porque o Conselho só soube disso muito tempo depois e o pagamento, quase que na totalidade, já havia sido feito.

Não há aí, de minha parte, alguma acusação, alguma insinuação ou alguma leviandade. Há a clareza de não compreender que alguém tenha vindo aqui como Presidente do Conselho de Administração, tenha omitido que foi advogado da empresa classificada em 2º lugar nesse processo licitatório, omitindo que desde 2002, de alguma maneira, com toda a contundência já acenava com essa suposta inexequibilidade do contrato, ele que em 2004 foi o Relator do processo que culminou com a delegação para a diretoria que negociasse o reequilíbrio da PAVIBRAS. Se era inexecutável, não tinha que negociar absolutamente nada. Ele que conhecia, ele que proferiu um voto emocional, como disse aqui, voto esse que foi objeto de uma providência criminal de minha parte e que foi encerrada com uma retratação. Também silenciou sobre isso.

Não se trata aqui de estabelecer acusações, contrapontos, trata-se apenas de ler as atas, e elas estão disponíveis, inclusive, nesse processo criminal que está arquivado, mas é público e lá se define a sequência de tudo, sem nenhuma controvérsia. Isso não vai dar por si só se o contrato era inexecutável ou não, porque há que se aprofundar sobre isso, coisa que sequer o Tribunal de Contas instado a fazer pelo Governador ainda fez,

sequer uma empresa de auditoria que deveria ter sido contratada ainda fez.

Corrigindo datas, porque a sua perplexidade encontra sustentação num equívoco de data. O senhor diz que em dezembro de 2006 foi pago o reajuste e logo a seguir foi rescindido o contrato, foi pago o reequilíbrio, logo a seguir rescindido o contrato. Não é exatamente isso. O que houve foi, conforme disse, pelo menos de minha parte, que provocou, promoveu a destituição de 2 Gerentes do ParanaSan, por convicção que não estavam conduzindo a contento a gerência daquela unidade, buscou a rescisão judicial desse contrato. E a rescisão judicial se encontra amparada numa decisão do Tribunal de Justiça do Paraná, mas que evidentemente só poderia ter sido tomada se o reajuste devido, cancelado pela Ouvidoria do Estado, pelo Tribunal de Contas, fosse pago. As datas que talvez tenham que ser compatibilizadas para sua compreensão. Posso lhe deixar, se interessar, documentos que trazem o histórico disso, apesar de que as atas do Conselho de Administração da SANEPAR estão disponibilizadas na internet, porque são atas públicas, de modo que tendo tempo, talvez seja importante fazer essa análise para remover as suas dúvidas, ou acrescentar outras.

Faço aqui uma última explanação sobre o seguro, sua maior preocupação, acredito. Li pela imprensa manifestações suas dando conta de que haveria falsidade de apólice de seguro deste contrato da PAVIBRAS. Estranhei bastante, porque nunca soube disso. O que é do domínio do meu conhecimento sobre seguro da PAVIBRAS é resumidamente o seguinte: em 2003, a PAVIBRAS que havia vencido essa licitação e contratado com a SANEPAR em 2002, teve o seguro-garantia, ou seja, o seguro do contrato, desfeito, porque a seguradora quebrou, a seguradora que era não me lembro se do Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, foi liquidada pela SUSEP. Ela, portanto, perdeu o seguro que existia desde o início do contrato.

Não foi o voto do Conselheiro Heron Arzua que determinou que novo seguro fosse feito, não foi exatamente assim. Se questionou sobre a perda do seguro da PAVIBRAS, seguro que existia, e se determinou a instauração de um processo administrativo para apurar se o contrato deveria ou não ser mantido, à medida em que ela, que deteve um seguro, perdeu o seguro e não conseguiu o resseguro no IRB. É direito do segurado, contrata com companhia de seguro e depois vem a se deparar com a quebra da companhia de seguro, ver o Instituto de Resseguros do Brasil dando conta de sua apólice.

Essa empresa entrou em concordata logo depois, não conseguiu o resseguro e a diretoria, por decisão dela, substitui o seguro-garantia por uma caução. Situação prevista no contrato também.

Isto é o que era do conhecimento de todo o Conselho. Eu não digo só da minha pessoa, mas de todos. Nunca se ouviu falar, pelo menos no âmbito das pessoas que de alguma forma participavam deste assunto, sobre falsidade de seguros. O senhor tem os documentos.

Eu acho, de fato, incrível que isto tenha acontecido. Incrível não no sentido de não acreditar, mas acho inadmissível. Evidentemente, providências têm que ser tomadas. Mas, eu digo, isto passa a ser pouco, à medida em que ao menos lá atrás, contratualmente, a Diretoria da SANEPAR substitui a ausência do seguro-garantia por uma caução. Passou a reter dinheiro da PAVIBRAS.

Agora, se há ou não há esta falsidade - e o senhor diz que há - de fato, é algo preocupante. Agora, isto não era e nunca foi do meu conhecimento e creio que de vários outros membros do Conselho. Soubemos disto por suas manifestações pela imprensa.

Acredito que respondi suas preocupações. Se porventura, tenha escapado alguma coisa, estou à disposição.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, temos programada uma Sessão Solene, oficialmente, para às 17h00.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço a colocação de V. Exa., porque eu iria consultar o Plenário a esta respeito...

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

Coitado do Bispo. O convidado vai falar até segunda-feira e vai terminar tudo do mesmo tamanho. Então, eu queria propor, em respeito ao Bispo, que não tem culpa, porque ele foi convidado para receber uma homenagem às 17h00, que se estabelecesse mais uns 15 ou 20 minutos para encerrar esta conversa, porque a conversa de hoje não vai levar a lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço a colocação de V. Exa., em que pese não concorde que a conversa, em alto nível que se está sendo levada, que esteja acontecendo, não leve a lugar nenhum.

Quero consultar V. Exas.: a Sessão Solene está marcada para às 17h30, se nós poderíamos ir até as 18h00, fazer um esforço, até porque estamos com as galerias cheias. Caso contrário, vamos ter que trocar de local a oitiva ou a Sessão Solene. Mas, são 17h30, temos mais 4 oradores inscritos e eu consulto V. Exas. se nós conseguiríamos chegar até às 18h00. O que não quero, em hipótese alguma, é imaginar que alguém possa insinuar que eu esteja tolhendo qualquer questionamento. De maneira nenhuma! Estou pedindo a boa vontade de V. Exas. para ver se é possível que levemos esta Sessão mais 30 minutos e com isso, então, retardaríamos a Sessão Solene do Bispo Dom Ladislau em mais 30 minutos. Consulto V. Exas. as lideranças dos partidos e em especial a Liderança da Oposição, porque os inscritos são os Deputados Elio Rusch, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins e Stephanes Júnior.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, eu iria sugerir para os Parlamentares serem bem objetivos nas suas perguntas e que o Dr.

Sérgio Botto também fosse bem objetivo nas suas respostas. Acredito que em 2 minutos faço a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Se nós nos ajudarmos, em 30 minutos concluímos a Sessão.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Coloco-me inclusive à disposição, porque serei bastante sucinto e tenho certeza que o Dr. Botto também será sucinto, mas o que tenho a colocar é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sem dúvidas!

O SR. MARCELO RANGEL

Pela ordem, Sr. Presidente. Também estou inscrito. O senhor disse que temos mais 4 oradores.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu li e inclusive nomeiei V. Exa.

O SR. MARCELO RANGEL

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para dizer que penso que é necessário que a Oposição possa fazer as perguntas que deseja, mas acho que o Deputado Elio Rusch falou uma coisa absolutamente correta, que é a questão da objetividade, ou seja, o Parlamentar poderia desconsiderar aquela introdução toda e desenvolver rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Obrigado! Agradeço a V. Exas.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, se não me falha a memória, tenho direito à réplica.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. tem esse direito.

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero dizer a V. Exa., e não fique triste comigo, mas quero fazer um apelo e sei da sua boa vontade, regimentalmente. Mas, Dr. Botto, o senhor há de convir comigo que não tem como, porque o senhor falou aqui por uma hora e meia e nós em meia hora temos que colocar aqui as nossas perguntas. Poderíamos aqui fazer o nosso pingue-pongue e de repente conseguiríamos chegar onde quero chegar. Mas, Dr. Botto, são tantas as informações que tenho aqui e não quero causar nenhum constrangimento à próxima Sessão que teremos aqui, mas queria fazer apenas duas perguntas.

O senhor faz parte do Conselho da COPEL e da ELEJOR?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Já respondi isso. Sim.

O SR. VALDIR ROSSONI

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch. Na sequência teremos o Stephanes Júnior, o Marcelo Rangel e o Jocelito Canto e o Luiz Carlos Martins.

Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Serei bem objetivo. Só uma pergunta bem objetiva e a sua resposta também.

Esses aditivos que foram assinados entre a SANEPAR e a PAVIBRAS, de 69 milhões para 113 milhões, e mais 20 milhões que devem ser pagos agora com outras empresas que foram contratadas. Pergunto a V. Sa., o senhor, como Procurador do Estado e como ex-Presidente do Conselho: esses aditivos são devidos, esses aditivos seriam necessários para o reequilíbrio econômico-financeiro, ou mesmo para o reajuste contratual? Bem objetivo?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Segundo técnicos da SANEPAR, sim. Eu me refiro ao reequilíbrio. Agora, essa afirmativa, conforme eu já disse aqui mais de uma vez, depende de aprofundamento maior que sequer o Tribunal de Contas ainda fez, ou empresa externa também, reequilíbrio. Reajuste decorre de prazo e de cláusula contratual. Faço uma correção, não me recordo que seja necessário despendar mais 20 milhões para encerrar a obra, não me recordo, - ao que me lembro, e disso se encarregou muito bem o Diretor de Operações, Wilson Barion, de dar cabo já à obra em Morretes e em Guaraqueçaba, dispendendo um mínimo, e também reduzindo despesas com a finalização de Pontal e de Matinhos. Esse número, 20 milhões, é um número que eu arrisco dizer ser muito exagerado.

Agora, com relação a se era devido ou não o reequilíbrio, é a grande questão que demanda. É impossível alguém aqui dizer que era devido. Existem técnicos que dizem que sim, existem técnicos da SANEPAR que diziam, lá atrás, que deveria ter sido rescindido esse contrato. Quer dizer, essa pergunta só vai encontrar resposta taxativa num laudo de auditoria externa, ou numa análise feita pelo Tribunal de Contas, que é o órgão de controle da SANEPAR, ou numa perícia judicial nesta ação que tramita e na qual se desenvolve toda a discussão também

em cima de inadimplências que a SANEPAR e a PAVI-BRAS se atribuem reciprocamente.

O SR. ELIO RUSCH

Se o senhor fosse Presidente da SANEPAR, o que o senhor faria?

O SR. SÉRGIO BOTTO LACERDA

Hoje, o senhor está dizendo, ou lá atrás?

O SR. ELIO RUSCH

Lá atrás, nos reajustes.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Eu tentei dizer aqui, quando eu não era Presidente do Conselho eu busquei a rescisão desse contrato. Na minha convicção, esse contrato deveria ter sido rescindido há muito tempo, como não consegui num primeiro momento, destitui o primeiro Gerente do ParanaSan; e a missão do segundo era essa, não foi cumprida, foi destituído também. E a rescisão só veio muito tempo depois, por iniciativa minha, do Diretor-Jurídico, então o Diretor-Jurídico Rogério Distefano, de duas advogadas que foram colocadas no ParanaSan por ele, Diretor Jurídico, a rescisão só veio por via judicial.

O SR. ELIO RUSCH

O senhor disse que não tolera algumas pessoas. O senhor poderia citar por que o senhor saiu efetivamente da SANEPAR, da presidência do Conselho? Essa é a grande dúvida que existe hoje. O senhor saiu da presidência do Conselho por quê?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Eu saí da presidência e renunciei a mandatos de todos os Conselhos de Administração. Eu presidia o da SANEPAR, o da ELEJOR, participava da COPEL, do porto de Paranaguá e outros que eu nem me lembro mais. Renunciei a todos e voltei para 2, a pedido do Governador, que precisava da minha ajuda, de outros acionistas também, da ELEJOR e da COPEL. Agora, motivo, o motivo é por inteiro, eu achei incompatível pedir a exoneração do cargo de Procurador-Geral do Estado e permanecer em Conselhos. Não era o meu desejo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Eu quero só perguntar ao Dr. Sérgio Botto de Lacerda se ele tem conhecimento que a construtora CG, que foi a segunda colocada na licitação, e pertence ao Sr. Maurício Xavier, mandou um documento para o Conselho aonde pedia que o Pedro Henrique Xavier não

se manifestasse com relação ao processo, ou uma espécie de suspensão, e se ele sabe o motivo dessa comunicação?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

De alguma maneira, talvez, já tenha respondido isso.

A CG integrava um consórcio e nessa mesma licitação, juntamente com “Comes Andrausi Cosate”, a Construtora CG, era gerenciada pelo Sr. Alberto Maurício Xavier, sobrinho do Pedro Henrique Xavier. Portanto, eu confirmo que ele mandou, sim, esse documento em 2003. Acredito que por desavenças pessoais, familiares, a inconformidade do Pedro Henrique Xavier em ter sido seu irmão Cláudio Xavier indicado para ser Secretário de Estado, e não ele próprio, Pedro Henrique Xavier, na medida que a ligação política que existia era do Maurício Xavier e não do Pedro, enfim, houve uma briga entre eles que a CG, por uma questão até de clareza, mandou ao Conselho um documento expondo que o Presidente havia sido advogado dela no mesmo processo licitatório. Segundo, havia um conflito familiar entre eles dessa natureza. Acredito que isso chegou até a ser dito no documento, se não foi dito, foi dito pelo próprio Pedro Henrique ou pelo Maurício Xavier, algo do gênero.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Procurador.

Tenho 5 perguntas e vou ser extremamente direto.

O senhor disse, nesta tarde, que uma CPI não adiantaria porque, segundo suas próprias palavras, todas as CPIs terminam em pizza. Acredito, doutor, que com essas palavras o senhor desencadeou, sem dúvida nenhuma, a abertura desse inquérito parlamentar, aqui na Assembléia Legislativa.

Na sua opinião, uma CPI que não terminasse em pizza chegaria a qual conclusão: existiram ou não existiram irregularidades na SANEPAR? Essa é a primeira pergunta, são 5.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Por gentileza, formule todas, para que fique mais fácil.

O SR. MARCELO RANGEL

Ok! Segunda pergunta: o senhor disse que saiu da SANEPAR porque não agüentava mais o convívio com certas pessoas. O senhor poderia dizer quais pessoas do Conselho ou da diretoria o senhor tem diferenças pessoais?

Terceira pergunta: o senhor citou o Secretário Especial, Sr. José Benedito Pires. Ele tinha influência

direta ou indireta no direcionamento de verbas publicitárias dentro da SANEPAR?

Para terminar, na minha opinião a mais importante dúvida: o senhor trouxe à Assembléia um fato novo, muito importante. Sr. Presidente, nós devemos esclarecer isso. V. Sa. nos disse que o Conselho tomou conhecimento de valores exorbitantes gastos em propaganda de maneira suspeita. O senhor falou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. vai me desculpar. V. Exa. disse que tinha 5 perguntas a fazer e não fez nenhuma pergunta pertinente ao tema aqui requisitado! Não é possível que continuemos brincando! V. Exa. não fez uma pergunta pertinente ao ParanaSan.

Nós pedimos a V. Exas., por uma questão de tempo, que economizassem nas palavras, mas me perdoe, Deputado Marcelo Rangel, mas V. Exa. não fez nenhuma pergunta até agora.

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, então não vou fazer essa pergunta, só gostaria de deixar uma colocação como nobre Parlamentar.

Muito bem. Vou repetir: o senhor trouxe à Assembléia um fato novo, e é importante que nós busquemos esclarecer isso. V. Sa. nos disse que o Conselho tomou conhecimento de valores exorbitantes gastos em propaganda, de maneira suspeita, e pediram uma auditoria que não foi feita. Não foram emitidos os PADVs. O Conselho entrou em contato com a Secretaria da Comunicação Social, para saber porque não foram expedidas as autorizações. O senhor pode até não responder, mas deixei aqui a minha colocação.

O senhor disse que não tem bola de cristal, para saber se as obras seriam inexeqüíveis, mas o Presidente precisa buscar todos os elementos para ter essas previsões e ter um posicionamento firme, quanto à aprovação de pagamentos e investimentos. Mas o Sr. Pedro Henrique Xavier disse, aqui, também no plenário, que devido à sua internação direta de última hora é que foram concebidos os aditivos - em reunião do Conselho chegaram à conclusão de que deveriam ser concebidos os aditivos. Ele mente ou não está mentindo o Sr. Pedro Henrique Xavier?

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Sr. Deputado, acho que vou lhe emprestar as notas taquigráficas da Sessão que veio, aqui, o Presidente do Conselho. Ou o senhor não está lembrado ou não estava aqui. Não vou tolerar provocação sua ou a inversão daquilo que não foi dito. Estou tentando esclarecer, para quem quiser entender, que reequilíbrio é algo bem diferente de reajuste contratual. Não foi dito, aqui, nem pelo Presidente do Conselho, Pedro Henrique Xavier, que ele sempre foi contra e eu fui a favor de

aditivos contratuais. É o senhor que está dizendo isso, por desinformação absoluta sua.

Em segundo lugar, já disse aqui e não vou repetir, basta que o senhor acesse as notas taquigráficas, sobre aquilo que fez com que o Conselho de Administração determinasse um levantamento sobre as despesas de publicidade. Não falei em PADV, em Secretaria da Comunicação. O que eu disse é que isso foi determinado e não sei se foi feito. Esse assunto está registrado também na ata.

Deixei claro que nenhuma referência sobre esse Benedito Pires ingeria no pagamento ou não. Eu disse que Benedito Pires, sim, tentou interferir na manutenção da Gerente de Comunicação Social e na não ascensão do atual Gerente de Comunicação Social. Por quê? É ele que tem que responder.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto. Por gentileza, vamos nos ater ao tema do ParanaSan. Naturalmente que conto com a colaboração de V. Exa.

Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, não acho justo que alguns Parlamentares possam falar 28 minutos e outros possam 3. Não concordo com isso. Com todo o respeito que tenho ao nosso Bispo, que está aí.

Queria perguntar ao Dr. Botto - o Deputado Marcelo falou sobre publicidade, porque o Conselho trata disso - é do tema, Sr. Presidente, PAVIBRAS. Dr. Botto, o senhor disse que até R\$ 100 mil tinha que haver uma autorização do Conselho. Quando o Conselho descobriu toda essa lambança na publicidade - o senhor usou o termo publicidade desnecessária, e vou registrar com muito carinho isso. Estão gravadas no meu gabinete as suas palavras. Achei terrível o que o senhor falou. É dinheiro botado fora. Não dá para se entender isso. O senhor disse que determinou que era para fazer o levantamento. Os gastos em publicidade, o senhor deu anuência, porque passou de R\$ 100 mil. O Conselho anuiu ou não? Mas o Conselho tinha que anuir. V. Exa. disse aqui que o Conselho tinha que anuir a mais de R\$ 100 mil. Os gastos em publicidade são mais do que R\$ 100 mil. Saber se os Conselheiros recebem jetons. V. Exa., Secretário, recebia jetons? Até porque, Sr. Presidente, consulto à Casa porque buscando nos arquivos desta Casa, que é algo espetacular, encontrei o Projeto de Lei nº 082/84.

(Lê o Projeto de Lei nº 082/84).

Pergunto a V. Exa. se é sabedor desta lei? Essa lei está em vigor?

Mesmo que a lei não esteja em vigor, é uma imoralidade, porque o atual Governador do Paraná é que fez o projeto de lei. Agora, o Dr. Botto diz que está em 2 Conselhos, mas agora não é mais Secretário.

Sr. Presidente, vou só encerrar dizendo o seguinte: não dá tempo para nada, isso aqui está parecendo aqueles debates de política, você não explica nada. Uma pena, Sr. Presidente, que este Poder Legislativo não seja respeitado.

Sr. Presidente, este Deputado apresentou aqui, no dia 31 de agosto de 2004, aquilo que o Dr. Botto diz que não acaba em nada, uma CPI. Essa CPI foi engavetada nesta Casa, a CPI da SANEPAR, em 2004. E agora eu sei porque ela foi engavetada. Agora, eu sei por que essa CPI nunca foi instalada nesta Casa. Está aqui para a imprensa que não lembra, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi proposta em 2004, aprovada pelos Srs. Deputados. Agora, eu entendo porque essa CPI nunca foi instalada nesta Casa. Nada mais tenho a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Dr. Botto de Lacerda.

Todos nós somos sabedores, Dr. Botto, do seu saber jurídico, do seu elevado saber jurídico. Todos nós aqui somos sabedores, Dr. Botto, do grande advogado que é e do grande profissional que é. Todos nós sabemos disso. Eu vou ser bem sucinto e vou me recorrer, no início desta Sessão, das colocações do Deputado Augustinho Zucchi. O Deputado Zucchi, primeiro, afirmou que esse tipo de Sessão não leva a muitos esclarecimentos, no que eu concordo perfeitamente com ele.

Cria-se uma expectativa e não se resolve absolutamente nada. Mas, o Deputado Augustinho Zucchi fez alguns questionamentos importantes e este Parlamento cresce quando presenciamos aqui a atuação do Deputado Reni Pereira, desta tribuna, em que colocava dúvidas no balanço do Estado e alguns achavam que ele estava louco, que ele estava pirando - naquele instante este Parlamento cresceu. Cresceu quando o Deputado Valdir Rossoni veio aqui e mostrou a prova do crime - este Parlamento cresceu - e cresceu quando recebe uma figura como o Dr. Sérgio Botto de Lacerda. É um crescimento e uma alegria para todos nós a sua presença aqui. Todos concordam com isto.

Dr. Botto, se o senhor fosse Deputado, estivesse sentado ali, agora, onde está o Deputado Edgar Bueno - primeiro, aí o Deputado Augustinho Zucchi lhe perguntou: "Bom, isto aqui não resolve", e ele propõe então uma CPI e o senhor responde que CPI também não é o caminho. Concordo em parte, não totalmente. Ela inibe, ele já fez Senador renunciar, já cassou, enfim, por todo o Brasil.

Então, se o senhor fosse Deputado, com tudo isto que aconteceu na SANEPAR, com tudo isto que está acontecendo - esta é a primeira pergunta e já vou encerrar

em seguida - se o senhor fosse Deputado, qual o conselho, com todo o saber que o senhor tem, com toda a experiência que o senhor tem, qual o conselho que o senhor daria para todos nós aqui, que a Assembléia fizesse, qual o caminho que deveríamos trilhar em relação a SANEPAR?

Na sequência, nós sabemos que o senhor é amigo do Governador Requião e que o Governador Requião lhe respeita pelos serviços que o senhor sempre prestou ao Governo. Se neste instante o Governador Requião chegasse e dissesse: "Amigo Botto, companheiro Botto de tantas jornadas, o que eu faço com a SANEPAR, companheiro?"

E, para encerrar, creio que hoje a SANEPAR sente a sua falta no Conselho - não só a SANEPAR, mas no Governo, o Governo está sentindo a sua falta, da sua luz, de discernimento, de firmeza. O Governo sente a sua falta, o povo do Paraná sente a sua falta, até porque sabemos até da questão de saúde que o senhor passou, graças a Deus estamos felizes em ver que o senhor está aqui presente, firme, combativo. É que algumas pessoas no Governo deixaram o senhor muito triste, muito aborrecido e a tristeza leva ao stress, o stress leva à amargura, leva à depressão e leva o coração para o brejo, e pelo que entendemos, e o senhor é muito sincero nisto, tem muitas pessoas no Governo que o senhor não concorda, o senhor não aceita a forma como eles agem. Não lhe contrange aceitar o convite para ser Conselheiro da COPEL e da ELEJOR? Não lhe contrange isto? Se o senhor é importante lá na ELEJOR, na COPEL, o pessoal da COPEL e da ELEJOR é diferente do pessoal da SANEPAR ou de outros órgãos? São estas questões que nós queremos saber.

Agradeço, muito obrigado.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Deputado Luiz Carlos Martins, agradeço as suas generosas palavras a meu respeito. Sei que são sinceras e tenho também, de minha parte, alta estima e consideração pelo seu trabalho, não só de Parlamentar como de jornalista da maior qualidade, sempre respeitando as pessoas, procurando se inteirar e contribuir com o engrandecimento de relações, eu diria, no aspecto mais abrangente.

Acredito que a CPI não é a solução para este caso, fundamentalmente, porque o foco que está se tentando dar aqui é bastante restrito para que uma Comissão Parlamentar de Inquérito seja instaurada com a certeza absoluta que se perderá no meio do caminho. Acredito que estas questões, dúvidas que a Assembléia Legislativa ainda possa ter, devem ser encaminhadas aos órgãos de controle, ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público do Estado.

Digo mais, houve um momento em que eu ainda não era Presidente do Conselho de Administração da SANEPAR que eu pedi ao Governador que solicitasse ao Tribunal de Contas, à Inspeção a qual a SANEPAR

deveria se reportar, que fizesse presença diária na SANEPAR. Isto aconteceu, por longo tempo esteve lá a técnica do Tribunal de Contas, Eliane Senhorinho, que contribuiu, muito, como ParanaSan, mas que foi embora depois. Acredito que estes questionamentos, as dúvidas, talvez seja mais efetivo encaminhar isso ao Tribunal de Contas, cobrando dele respostas, e ao Ministério Público também.

Eu vejo a CPI, isso é uma visão pessoal, como um contexto muito mais político do que de resultado. Falar sobre isso é já filosofar, de alguma maneira, mas eu não vejo um resultado concreto.

Segunda colocação que o senhor faz: se o Governador perguntasse o que eu faço na SANEPAR? Eu já disse isso a ele. Por uma questão até de educação e de ética, seria deselegante de minha parte, aqui de público, repetir o que eu disse a ele, não só antes de sair do Governo, como depois também.

O senhor coloca uma outra questão: se não me constrange estar participando de 2 Conselhos de Administração. Em absoluto! As pessoas da ELEJOR e da COPEL, algumas são diferentes de outras que lá estão e outras também não são diferentes, mas no caso específico da ELEJOR, dizem os acionistas e aqueles que dirigiam e ainda dirigem a ELEJOR, que no momento em que se deu a minha retirada do Conselho de Administração, a companhia passou a ter uma série de problemas, conflitos se instalaram, internamente. Eu pude ver isso quando voltei ao Conselho da ELEJOR e ela pode dirimir, com a minha colaboração, algumas pendências que haviam ficado a partir da minha saída.

Na COPEL eu não assumi ainda, fui eleito mas não assumi, não pratiquei ato algum, mas eu não sinto o menor constrangimento, porque isto, de alguma maneira, não me retira a independência e não me causa

o desconforto que causou e que motivou a minha saída do Governo, coisa que eu já disse e já conversei como Governador também.

Acho que eu respondo as suas colocações adequadamente.

Obrigado.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero agradecer aos Srs. Deputados e agradecer especialmente ao Dr. Sérgio Botto.

Dizer que fizemos o possível para cumprir o Regimento Interno. Foi aprovado por esta Casa um convite ao Dr. Sérgio Botto para vir à esta Casa prestar esclarecimentos sobre manifestações de irregularidades da gestão do ParanaSan. Este é o motivo, este é o foco e esta é a razão. Se fomos, talvez, um pouco ríspidos em alguns casos, pedimos desculpas, mas o Regimento Interno reza desta maneira.

Quero agradecer a compreensão dos Srs. Deputados em reduzirem até o número de perguntas e o tempo para que pudéssemos fazer essa Sessão. Tenho certeza que esta presidência fez o possível para cumprir uma agenda que hoje parecia impossível.

Temos ainda uma Sessão Solene em homenagem a Dom Ladislau e já convido V. Exa. para participarem desta Sessão Solene, bem como marcamos uma Sessão para amanhã às 10h e a CCJ às 9h.

Obrigado.

Levanta-se a Sessão.